

Sem mercado interno, a crise se agravará

# Governo reduz o valor real do salário mínimo

Hora do Povo



**Nilson responde Haddad: país foi desindustrializado por tripé neoliberal**

“Haddad, ao que parece, pretende com essa colocação [de que não está havendo desindustrialização no Brasil, mas tendência natural do crescimento do setor de serviços] esconder a responsabilidade dos governos de seu partido, o PT, no processo de desnacionalização e desindustrialização do país. Para isso, embaralha a situação dos países desenvolvidos com a dos países da periferia dependente”, afirmou o professor Nilson Araújo de Souza, em entrevista ao HP, em que critica o artigo de Fernando Haddad publicado na Folha. **Página 3**

**Bispo Edir Macedo prega que “Espírito Santo” quer saber é de grana para ele**

Em vídeo que está viralizando na internet, o bispo Macedo, chefe da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da TV Record, aparece numa cerimônia em uma de suas igrejas criticando os fiéis por aplaudirem o que ele acabara de falar. “Não, não, não. O que Deus quer não são aplausos. Ele quer que vocês ajudem a pagar as nossas contas. Ele quer que vocês batam a mão no bolso”, disse ele. **Página 3**

**Bolsonarista Gentili condena censura a Porta dos Fundos**

“O Estado interferir para excluir ou proibir um conteúdo é censura”, condenou o apresentador de TV Danilo Gentili, que, todos sabem, é um ardoroso bolsonarista. Ele advertiu que “esse governo se comprometeu em zelar pela liberdade de expressão”. **Pág. 3**



**Aposentadorias mais baixas terão reajuste menor que as demais**

O salário mínimo fixado pelo governo para este ano ficou abaixo da inflação, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira, 10. Para este ano, o mínimo teve um reajuste de 4,1%, passando de R\$ 998 para

R\$ 1.039, no entanto, o índice é menor do que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 4,48%, divulgado pelo IBGE. Não haverá recuperação da economia com a redução ainda maior do poder de compra do povo. Sem demanda, não haverá vendas, nem indústria e muito menos emprego. **Págs. 2 e 5**

## Bolsonaro inicia privatização da Caixa vendendo setor de seguros



**Trump diz na Fox News que está na Síria só “para tomar petróleo”**

O relato é do The Independent. Ao reiterar à uma âncora da Fox News que mantinha soldados na Síria só para “tomar o petróleo”, admissão de crime de guerra que a jornalista achou mais

conveniente tentar encobrir na avaliação do jornal inglês, o presidente Trump fez questão de interrompê-la, para explicar que era isso mesmo. O presidente bilionário defendeu sua decisão de deixar um

pequeno número de tropas norte-americanas no país devastado pela guerra após uma retirada geral em outubro, alegando que eles estavam lá apenas para garantir os campos de petróleo da Síria.

“Dizem que ele deixou tropas na Síria... você sabe o que eu fiz? Peguei o petróleo”, disse Trump durante entrevista à Fox News. “As únicas tropas que tenho estão tomando o petróleo”, disse. **Página 7**

O governo Bolsonaro iniciou o processo de privatização da Caixa Econômica Federal, que no dia 12 de janeiro completou 159 anos, através do fatiamento do banco e a venda de suas subsidiárias. Na quarta-feira, a Caixa comunicou, através da Caixa Seguridade Participações, que o conselho diretor aprovou a contratação de um grupo de bancos, chefiado pelo Morgan Stanley, para formatar a venda de ações do setor de seguros da Caixa. **P. 2**

**MP: assessor de Guedes arrombou fundos de pensão em R\$ 5,5 bilhões**

A força-tarefa da Operação Greenfield no Ministério Público Federal denunciou o assessor direto do ministro Paulo Guedes, Esteves Colnago Júnior, e mais 28 ex-gestores de fundos de pensão por causarem prejuízo de R\$ 5,5 bilhões aos fundos de pensão Petros (Petrobrás); Funcef (CEF); Previ (BB); e Valia (Vale do Rio Doce). **Página 3**

**“Bolsonaro queria ser exterminador da imprensa”, diz Miriam Leitão**

A jornalista Miriam Leitão afirmou, em sua coluna no O Globo de domingo (12), que Bolsonaro “gostaria de ser o exterminador da imprensa”. “Principalmente daquela que incomoda, que insiste, que esclarece, que investiga”, acrescentou. A jornalista, que é considerada uma porta-voz do mercado financeiro, duvidou que Bolsonaro pudesse estar brincando quando fez as ameaças contra jornalistas. **P. 3**

**Previdência: franceses obrigam Macron a primeiro recuo**

## Iedi vê exagero nas estimativas para a economia em 2020

Produção industrial em novembro registrou o pior resultado mensal: declínio de -1,4%

Ao analisar os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o declínio de -1,2% da produção industrial nacional em novembro, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) afirma que “há ainda muito chão pela frente para que tenhamos a pujança industrial de que o Brasil precisa para crescer”.

A queda na produção industrial em novembro em relação a outubro foi o segundo pior resultado mensal de 2019 na série com ajuste sazonal. Além disso, a maioria de seus ramos e todos os macrossetores industriais também ficaram no vermelho.

“Isso indica que o setor ainda não conseguiu melhorar seu atual padrão de desempenho, no qual os períodos de crescimento são raros e curtos. Trata-se de um sinal de alerta para que evitemos otimismo exagerado para a indústria e a economia em 2020”, afirma o Iedi. “Quando consegue engatar uma sequência de meses de crescimento, o que tem ocorrido muito raramente, isso dura pouco tempo”.

“O declínio de -1,2% da produção industrial em novembro frente a outubro, já descontados os efeitos sazonais, não só interrompeu uma fase positiva dos três meses anteriores, como foi o segundo pior resultado de 2019, perdendo apenas para março (-1,4%). Com isso, em apenas um mês foi eliminada metade da expansão obtida entre ago/19 e out/19”, destaca o Iedi.

### ANO RECESSIVO

“Não restam dúvidas de que 2019 foi um ano recessivo para a indústria, pois de janeiro a novembro o setor acumula perda de -1,1% frente ao mesmo período do ano anterior”, ressalta o Iedi. Na comparação com novembro de 2018, houve queda de -1,7%.

“Destaque modo, agora em nov/19 o nível de produção industrial está 17,1% abaixo de seu pico atingido em mar/11. Metade de seus macrossetores, porém, está muito pior: bens de capital encontram-se 34,2% abaixo de seu pico de set/13 e bens de consumo duráveis estão 25,5% aquém de sua marca de jun/13. A evolução titubeante do setor ajuda muito pouco a superar estes tombos que muitas atividades levaram”, diz o instituto.

### DISSEMINAÇÃO DE RESULTADOS NEGATIVOS

O Iedi ressaltou ainda a queda em novembro na comparação com outubro em 16 dos 26 ramos pesquisados (61% do total). Todos os macrossetores industriais ficaram no vermelho na série com ajuste sazonal, como mostram as variações a seguir: Bens de capital: -1,3%; Bens intermediários: -1,5%; Bens de consumo duráveis: -2,4%; Bens de consumo semi e não duráveis: -0,5%.

“Este dado da disseminação das quedas indica que os problemas não foram localizados, embora os ramos de alimentos (-3,3%) e de veículos (-4,4%) tenham concentrado muito a força do retrocesso”.

“Os macrossetores que mais distantes estão de suas melhores marcas, isto é, bens de capital e bens de consumo duráveis, como vimos anteriormente, sofreram quedas das mais agudas em nov/19. Bens intermediários, que representam o núcleo do sistema industrial, registraram o segundo maior declínio em nov/19, o que contribuiu para que ficassem 17,5% abaixo de seu pico de mai/11. Bens de consumo semi e não duráveis foram os que menos caíram, mas ainda assim estão a 9,3% aquém do auge de seu nível de produção obtido em jun/13”, destacou o instituto.

### FOCUS

O último Boletim do Banco Central (Focus), com as previsões do mercado para a economia em 2019, divulgado no dia 6 de janeiro deste ano, aponta uma queda de -0,73% para a produção industrial e uma alta de 1,17% para o Produto Interno Bruto (PIB), um resultado menor do que os anos de 2017 e 2018, depois da grande recessão econômica (2014-2016).

No início do ano de 2019, este mesmo boletim do BC, previa um crescimento de 2,53% para o PIB e 3,04% para a produção industrial, o que não se verificou.

Com a economia patinando e a indústria estagnada, as previsões para 2020 iniciaram em 2,30% para o PIB e 2,19% para a produção industrial.

# Bolsonaro inicia privatização da Caixa vendendo setor de seguro



Presidente da Caixa, Pedro Guimarães, e Bolsonaro comemoram

## Governo golpeia poupança popular com rendimento abaixo da inflação

A captação líquida (depósitos menos retiradas) da caderneta de poupança em 2019 caiu 65,2% na comparação com 2018. Com o desemprego batendo recordes e aumento da informalidade lançando 38,8 milhões de brasileiros no trabalho precário, a renda também ficou reprimida, prejudicando os depósitos na caderneta de poupança que é a única aplicação confiável para milhões de trabalhadores e aposentados brasileiros.

Além do mais, a partir de 2012, no governo Dilma Rousseff, a caderneta de poupança foi golpeada com uma norma que limitou sua correção a 70% da taxa básica de juros (Selic) quando esta estiver abaixo de 8,5% ao ano, mais a Taxa Referencial, calculada pelo BC. Com a Selic a 4,5% ao ano, a caderneta de poupança passou a render menos e encerrou 2019 com rendimento de 4,26%.

Isso significa que o rendimento da caderneta de poupança ficou menor do que a inflação, não teve ganho real em 2019. Segundo o IBGE, a inflação oficial do país, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2019, foi de 4,31%. O que não acontecia desde 2015.

Antes da mudança na regra em 2012, a caderneta de poupança rendia, pelo menos, 6% ao ano, uma rentabilidade mínima mensal de 0,5%, desde 1861, segundo a Caixa Econômica Federal. A mudança passou a valer para os depósitos feitos a partir de 3 de maio de 2012. Para os depósitos feitos anteriores à mudança, o rendimento é maior.

Em 2019, a diferença entre depósitos e saques foi de R\$ 13,327 bilhões a favor dos depósitos. Em 2018, essa mesma diferença foi de R\$ 38,260 bilhões. O volume de depósitos nas cadernetas de poupança de todo país em 2019 foi de R\$ 2,476 trilhões e os saques no mesmo período foram de R\$ 2,461 trilhões, segundo informações do Banco Central (BC), divulgadas no dia 7.

O estoque de recursos depositados na poupança atingiu R\$ 845,464 bilhões em 2019, frente a R\$ 797,821 bilhões do ano anterior.

Nos anos de crise aberta em 2015 e 2016 os saques foram maiores em R\$ 53,57 bilhões e R\$ 40,7 bilhões respectivamente, dois dos maiores saldos negativos da história. Os poupadores retiraram o

dinheiro das cadernetas para consumo ou para cobrir dívidas, em um cenário de queda brusca da renda e de aumento de desemprego.

A reversão de saldos negativos para saldos maiores em depósitos ocorridos em 2017 e 2018, respectivamente nos montantes de R\$ 17,12 bilhões e R\$ 38,26 bilhões, não se sustentou em 2019 e o saldo a favor dos depósitos teve a queda de 65,2% assinalados acima.

No mês de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 17,211 bilhões a favor dos depósitos foi considerado como resultado do 13º salário e também pelo resgate do FGTS.

No entanto, se no mês de janeiro em curso os saques superarem em muito os depósitos, como aconteceu em janeiro de 2019, o resultado de dezembro vai perder sua importância.

De qualquer forma, a forte redução no ano de 2019 e a tendência de redução dos depósitos, apontam novamente para situação onde as famílias com o orçamento apertado, ou retiraram o dinheiro de suas poupanças como aconteceu em 2015 e 2016, ou reduziram em muito os seus depósitos agora 2019.

Além da Caixa Seguridade, o governo planeja o esvaziamento da Caixa Cartões, entre outras subsidiárias

O governo Bolsonaro iniciou o processo de privatização da Caixa Econômica Federal, banco público que no dia 12 de janeiro completou 159 anos, através do fatiamento do banco e a venda de suas subsidiárias.

Na quarta-feira, a Caixa comunicou, através da Caixa Seguridade Participações, que o conselho diretor aprovou a contratação de um grupo de bancos, chefiado pelo norte-americano Morgan Stanley, para formatar a venda de ações (IPOs) do setor de seguros da Caixa.

A abertura de capital da Caixa Seguridade está sendo programada para ocorrer em abril deste ano.

“Em 2020, teremos foco total na abertura de capital da Caixa Seguridade e da Caixa Cartões. O da Caixa Seguridade será um laboratório para os demais”, afirmou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, em recente entrevista ao Broadcast do Estadão. Mesmo dizendo que “a Caixa é um banco social e que, portanto, a questão da seguridade é muito importante”, o privatista segue preparando a sua venda.

O desmonte do setor de seguridade da Caixa afetará a rentabilidade do banco público e reduzirá sua capacidade de financiamento. Pedro Guimarães, que agora está vendendo a Caixa, participou do processo de privatização do BB Seguridade, do Banco do Brasil, em 2013. Ele também participou do processo de privatização do Banespa.

Nas atividades que antecederam a privatização do Banespa ocorreram fraudes grosseiras no balanço do banco público de São Paulo. Segundo noticiou a Reuters, o banco norte-americano Morgan Stanley vai liderar um grupo de 10 bancos que coordenará o IPO e que inclui Bradesco BBI, Itaú BBA, Banco Plural, Banco BTG Pactual, Banco do Brasil, Credit Suisse, Santander Brasil, Bank of America e Caixa Econômica Federal.

### CAIXA 100% PÚBLICA

“Para nós, funcionários da Caixa, é preocupante. Embora estejam vendendo o braço de seguros, o próprio presidente da Caixa tem dito que vai vender tudo que puder”, declarou

Jair Ferreira, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), em entrevista ao jornalista Glaucio Faria, do Jornal Brasil Atual.

“Hoje temos uma empresa com 4 mil agências, 82 mil empregados. Quando começa a despedaçar, por mais que preserve a empresa Caixa, está diminuindo o tamanho dela. Como é que vamos atender às grandes demandas?”, questiona Ferreira. O fatiamento da Caixa e a sua venda aos pedaços é o mesmo método utilizado pelo governo contra a Petrobrás.

“Começar a desmontar uma empresa desse tamanho, construída passo a passo pelos seus trabalhadores e pela sociedade, que são os verdadeiros acionistas da Caixa, é prepotente”, diz o presidente da Fenae, destacando que a Caixa está presente em todos os municípios do país.

“Então atende a população nos locais onde os bancos privados não irão. Eles vão se concentrar onde tem dinheiro. Como estamos num país muito desigual, onde estão brasileiros que precisam de proteção e precisam ter oportunidades. Isso é papel dos bancos públicos”. A Caixa Econômica Federal é a principal instituição financeira do país a participar dos projetos de habitação popular.

### 159 ANOS

Em nota no site da entidade, convocando o Dia de Luta em Defesa da Caixa, para segunda-feira, 13 de janeiro, em comemoração aos 159 anos da Caixa, Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa afirma: “É por meio de setores, como as loterias, os seguros e os cartões, que a Caixa financia o sonho da casa própria, do acesso à faculdade com o Fies e do crédito mais barato”.

“É por intermédio delas também que saem os recursos para o Minha Casa Minha Vida, o maior programa habitacional do Brasil. Além disso, parte do dinheiro arrecadado com as loterias é aplicado no esporte, na cultura e na segurança nacional. Com a venda dessas áreas e a retirada do FGTS, o Brasil todo perde”, completou.

## Percentual de famílias endividadas é recorde

Com a crise econômica, o endividamento das famílias brasileiras disparou no governo Bolsonaro. O percentual de famílias endividadas encerrou 2019 em 65,6%, o maior patamar desde 2010. Em dezembro de 2018, o percentual estava em 59,8%, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgados na quinta-feira (9/1).

Em dezembro de 2019, o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso, isto é inadimplentes, atingiu 24,5%, acima do patamar de 22,8% observado no mesmo período do ano anterior.

O percentual de famílias que relataram não ter condições de pagar suas contas em atraso também cresceu de 9,2% para 10,0% na mesma comparação.

A proporção das famílias que se declararam muito endividadas aumentou de 14,4% para 14,5% do total entre os meses de novembro e dezembro de 2019. Na comparação anual, houve alta de 2,1 pontos percentuais.

Em 2018, 39,9% dos brasileiros responderam que não tinham dívidas, no final do ano

passado apenas 34,2% deram a mesma resposta.

A parcela das famílias que declaram estar mais ou menos endividadas passou de 23,1% para 23,3%, na comparação entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019, e a parcela pouco endividada passou de 24,3% para 27,8% do total de famílias, em comparação com o mesmo período analisado.

O setor financeiro é apontado pelas famílias como o maior vilão das dívidas.

Com cerca de 30% da renda comprometida com dívidas, as famílias brasileiras ainda enfrentam o desemprego recorde, o trabalho precário e a renda reprimida e acabam recorrendo ao Cartão de Crédito, apontado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida por 79,8% das famílias endividadas (maior patamar da série histórica), seguido por Carnês (15,6%) e Financiamento de Carro (9,9%).

Ainda que alguns analistas digam que o aumento do endividamento é resultado da “ampliação do crédito” e dos “juros mais baixos”, os juros do cartão de crédito se mantêm no mais alto patamar dos últimos anos, nos abusivos 300% ao ano, segundo o Banco Central.

## Inflação dispara com alta da carne, dos combustíveis e energia elétrica

A inflação oficial do país medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2019 em 4,31%, portanto, acima do centro da meta estipulada pelo governo (de 4,25%). O aumento dos preços ao longo do ano também é o maior registrado desde 2016 e disparou sobre o resultado de 2018, quando fechou em 3,75%. O índice anualizado foi divulgado nesta sexta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O preço da carne disparou a ponto de inviabilizar o consumo do item nas classes mais baixas, crescendo 32,4% no ano, e teve participação decisiva na elevação do item “alimentos e bebidas”.

As maiores altas foram registradas na reta final do ano, especialmente entre novembro e dezembro, como um desdobramento do crescimento de exportações para a China. O governo sem nenhuma política de abastecimento não moveu uma palha para equilibrar a oferta para o consumo interno.

Apenas em dezembro, o IPCA acelerou para 1,15%, a maior taxa para o mês desde 2002.

Com o peso do preço da carne, o grupo Alimentos e bebidas apresentou alta de 6,37% nos preços; seguido pelos custos com Transportes (3,57%) e Saúde (5,41%).

Do primeiro grupo, além da carne, o preço do feijão-carioca acumulou alta de 55,99% no ano. No grupo de Saúde, o reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) adicionou 8,24% no valor dos planos de saúde.

Outro grande impacto foi o preço dos combustíveis que, no caso do diesel e do etanol, cresceu acima da inflação: 5,85% e 9,85% respectivamente. A

gasolina teve aumento de 4,03% nos preços segundo o cálculo do IPCA.

No grupo de Habitação, a pressão veio do valor da energia elétrica: alta de 5% em 2019.

### 2020

Embora o Ministério da Economia de Jair Bolsonaro tenha fixado um centro da meta para a inflação ligeiramente mais baixo para este ano (4%), as perspectivas para 2020 já começam mal.

No mês passado, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras (Abiec) afirmou que para 2020 “na média, nós não vamos retroagir nos preços da arroba, nem no preço de carne”. Em tom de pouca preocupação, Bolsonaro deixou claro que acha o movimento de preços “natural”. “Estamos em uma política de livre mercado”, disse.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**

**Rio de Janeiro (RJ):** IBICS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br

**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

**www.horadopovo.com.br**



Reprodução

## Professor e economista critica Haddad Nilson Araújo: “foi a política econômica submissa que desindustrializou o país”

Nesta entrevista ao HP, o economista critica o artigo de Fernando Haddad que procurou minimizar o papel da adesão de seu partido (PT) ao “tripé macroeconômico” e às políticas de ajustes neoliberais no aprofundamento da desindustrialização e da desnacionalização das empresas brasileiras.

**Hora do Povo** – O que você acha da afirmação de Fernando Haddad de que os primórdios da nossa industrialização e o nacional desenvolvimentismo daquela época teriam sido influenciados pelo fascismo?

**Nilson Araújo** – A matéria do prof. Haddad, para dizer o mínimo, comete uma certa irresponsabilidade, ao afirmar: “O guru dos industriais à época era um fascista romeno, Mihail Manoilescu”. Com isso, pretendia desqualificar o papel da burguesia industrial brasileira e, de rebarba, de Getúlio Vargas no processo de industrialização do país. O livro desse autor, que influenciou não apenas Roberto Simonsen (o industrial brasileiro mais progressista e que liderou o empresariado industrial nascente no projeto nacional-desenvolvimentista implementado por Getúlio Vargas), mas também Raul Prebisch (apesar deste não assumir abertamente essa influência e, mais tarde, também Celso Furtado (este o assumiu), “Teoria do Protecionismo”, foi publicado em 1929 na Romênia (e no mesmo ano em francês).

O fato de uma década depois, ao final da década de 1930, ter manifestado simpatia pelo fascismo não nega o conteúdo e a importância dessa sua contribuição. Teve uma influência importante na América Latina e no Brasil particularmente porque, ao contestar a teoria das vantagens comparativas e, por conseguinte, do livre comércio dos clássicos da Economia Política (como David Ricardo), recolocou a questão já levantada pelo Marquês de Pombal (ao analisar a calamitosa situação de Portugal após o acordo de livre comércio com a Inglaterra), Alexander Hamilton e Friedrich List de que o livre comércio favorece as nações industriais em detrimento das nações produtoras de produtos primários (por ele chamadas de “nações proletárias”), devendo estas, portanto, para se desenvolverem, realizar a industrialização e, para isso, praticar o protecionismo e a ação do Estado na economia, como fizeram o Brasil da era Vargas, a Argentina da era Peron e o México de Cardenas, e já haviam feito os EUA de Hamilton e a Alemanha de List.

**HP** – Na opinião de Haddad não está havendo desindustrialização no Brasil. Seria apenas uma tendência natural de crescimento relativo dos serviços. “É preciso cautela quanto aos números, contudo. A participação da produção industrial mundial no PIB mundial vem perdendo importância, sobretudo em relação ao setor de serviços, que ganha terreno. Nada a ver, portanto, com desindustrialização”, disse ele. O que você acha dessa avaliação?

**NA** – Haddad, ao que parece, pretende com essa colocação esconder a responsabilidade dos governos de seu partido, o PT, no processo de desnacionalização e desindustrialização do país. Para isso, embaralha a situação dos países desenvolvidos com a dos países da periferia dependente. É fato que, nos primeiros, como resultado do desenvolvimento, aumenta cada vez mais o peso dos serviços (particularmente os intensivos em tecnologia) e diminui, não necessariamente em termos absolutos, mas em termos relativos o peso da indústria. No caso dos países da periferia dependente, incluindo aí o Brasil, houve, a partir da implementação das políticas neoliberais, no final da década de 1980, que adotaram, dentre outras medidas, a chamada abertura econômica (com base na redução das tarifas de importação e na valorização da própria moeda), um processo de verdadeira dizimação da indústria nacional, e não ser substituída pelos serviços.

Tem sido impossível, para a indústria nacional, competir com a importação subsidiada de produtos manufaturados. Em grande medida, sucumbiu. Muitas das que não fecharam as portas foram absorvidas por grupos estrangeiros. Isso é inegável: a participação da indústria de transformação no PIB, que chegou perto de 30% em meados da década de 1980, hoje mal chega a 11%. E vários setores importantes desapareceram ou foram sucateados. A indústria de máquinas e equipamentos, que chegou a estar no estado da arte nas décadas de 1980 e 1990, vem sendo sucateada.

E os governos do PT contribuíram seriamente para esse resultado nefasto. Lula, quando na oposição, fortaleceu-se politicamente fazendo campanha contra essa política praticada por Fernando Henrique, mas, no fundamental, manteve esse caminho, ou melhor, descaminho, ao chegar ao governo em 2003. A economia continuou sendo desnacionalizada. Seu governo não realizou privatizações, mas o capital privado continuou sendo transferido ao capital estrangeiro, e em proporções maiores do que no governo FHC. Segundo a KPMG, enquanto, durante o governo Lula, houve, em média, por ano, 488 fusões e aquisições, sendo que 259 referentes a aquisições de empresas brasileiras por empresas estrangeiras, nos últimos cinco anos do governo Fernando Henrique, haviam ocorrido 316 por ano, sendo 187 adquiridas por grupos estrangeiros. O mesmo pode ser demonstrado pelos dados de investimento direto estrangeiro, outra forma de designar a compra de empresas brasileiras por empresas estrangeiras: segundo o Banco Central, ingressaram no Brasil, sob essa rubrica, no período Lula, U\$ 26,9 bilhões, em média, por ano, ao passo que, no governo FHC, essa cifra foi de U\$ 22,4 bilhões.

Além disso, ao manter o “tripé macroeconômico”, prosseguiu a política de valorização da moeda, ao lado das tarifas baixas de importação, e por isso o mercado interno seguiu sendo desnacionalizado. Com isso, prosseguiu o processo de desindustrialização e reprimarização da economia: a participação da indústria de transformação no PIB, que começara a cair na segunda metade dos anos 1980 e manteve essa tendência durante o governo FHC, teve uma ligeira melhora durante os dois primeiros anos do governo Lula para depois manter a tendência de queda: passou de 16,91% em 2003 para 14,96% em 2010. A indústria local fechava as portas porque não conseguia concorrer com produtos importados subsidiados por tarifas baixas e pela moeda valorizada.

Leia a íntegra do texto em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# MPF acusa assessor de Guedes por rombo nos fundos de pensão

Rafael Carvalho/Governo de Transição



Ministro de Bolsonaro com seu auxiliar denunciado por gestão temerária

## Garimpeiros ilegais atacam e ferem dois militares do Exército na terra Yanomami

Uma ação de combate ao garimpo ilegal na terra indígena Yanomami, em Roraima, deixou dois militares do Exército feridos na noite do último sábado (11).

Um cabo se feriu gravemente nas costas, enquanto um soldado também teve ferimentos no rosto.

De acordo com nota da assessoria da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, três embarcações subiram o rio Uraricoera e não pararam no posto de verificação. Com isso, duas embarcações militares seguiram os infratores e realizaram a abordagem. No entanto, os garimpeiros aceleraram os barcos com o propósito de causar um choque entre as embarcações.

## “Bolsonaro gostaria de ser o exterminador da imprensa”, diz a jornalista Miriam Leitão

A jornalista Miriam Leitão afirmou, em sua coluna no O Globo de domingo (12), que Bolsonaro “gostaria de ser o exterminador da imprensa”. “Principalmente daquela que incomoda, que insiste, que esclarece, que investiga”, acrescentou.

A jornalista, que é considerada uma porta-voz do mercado financeiro, duvidou que Bolsonaro pudesse estar brincando quando fez as ameaças contra jornalistas.

“Não sei se ele tentou fazer uma brincadeira. Talvez não, porque o humor e a ironia não são seus pontos fortes e são recursos de linguagem que exigem bastante do cérebro. Seu histórico é mesmo de agressões”, disse Miriam.

“Suas ofensas frequentes aos repórteres na porta do Palácio da Alvorada podem ser definidas como assédio. Como fazem os valentões, ele sempre se cerca da sua claqué, aposta na impunidade e dispara seus mísseis cheios de machismo, homofobia, mentiras e desprezo por valores democráticos”, prosseguiu.

“O que existe de comum entre os jornalistas e o Ibama é que estamos todos extintos, se dependesse apenas dele. Inclusive o órgão de defesa do meio ambiente brasileiro. Muitas vezes este governo constrangeu publicamente funcionários do Ibama, ou de outros órgãos do Estado brasileiro, que,

## “O Estado interferir para proibir um conteúdo é censura”, denuncia o bolsonarista Gentili

A censura ao Especial do Porta dos Fundos, exibido pela Netflix, imposta pelo desembargador Benedito Abicair, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, gerou muitos protestos e indignou o país inteiro antes de ser derrubada na quinta-feira (09), a pedido da Netflix.

Juristas, personalidades, entidades e artistas de todo o Brasil protestaram contra a decisão.

“O Estado interferir para excluir ou proibir um conteúdo é censura”, disse o apresentador de TV Danilo Gentili, que, todos sabem, é um ardoroso bolsonarista. Ele lembrou que “esse governo se comprometeu em zelar pela liberdade de expressão”.

“Já tive colegas de comédia celebrando e relativizando censuras e tentativas de censura que

sofri. Jamais farei o mesmo. Censura não”, frisou o apresentador do SBT.

No texto que enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Netflix apresenta o argumento de que “a decisão proferida pelo TJ/RJ tem efeito equivalente ao da bomba utilizada no atentado terrorista à sede do Porta dos Fundos: silencia por meio do medo e da intimidação”.

Além disso, segundo a empresa, “torna a Netflix impedida de exercer sua liberdade de expressão artística e de programação em sua plenitude”.

A decisão do juiz Benedito Abicair de censurar o programa da Netflix foi aplaudida pelo terrorista, Eduardo Fauzi, o bolsonarista que jogou a bomba na sede do Porta dos Fundos e que está foragido.

A censura ao programa do Porta dos Fundos foi uma decisão do mesmo juiz que, em 2017, votou contra a condenação do então deputado Jair Bolsonaro que proferiu frases consideradas homofóbicas e racistas, com o argumento de que tinha que se respeitar a “livre manifestação de ideias”.

A OAB considerou a medida inconstitucional e o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, reagiu decretando SF como “Cidade Livre da Censura”. “Os ares democráticos não admitem censura”, destacou o ministro Marco Aurélio de Mello, do STF.

“Mais do que absurda, a decisão fere a Constituição que consagra a liberdade de expressão como cláusula pétrea”, afirmou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara Federal.

Leia a íntegra do texto em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

Do Vermelho

## Situação do país exige desprendimento, diz Flávio Dino

A eleição de 2020 será um teste para todos os partidos porque será a primeira eleição na História sem coligações para vereadores. Claro que para os partidos, que têm desempenhos eleitorais menores, o desafio é ainda maior. Nós estamos investindo em chapas próprias. De um modo geral, especialmente no Maranhão, eu vou participar e

giram. Os dois militares foram medicados ainda na região e depois foram transportados de helicóptero a Boa Vista.

“O Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva considera a situação extremamente grave, tendo determinado a instauração de Inquérito Policial Militar, visando apurar a responsabilidade criminal dos garimpeiros envolvidos no ato de agressão aos militares em serviço, bem como a realização de operações na região para identificação dos criminosos”, diz a nota.

O incidente ocorreu dois dias depois da prisão de 15 garimpeiros, que tentavam entrar na terra indígena Yanomami pelo rio Mucajai.

Os crimes foram praticados entre 2011 e 2012 e consumados até 2016, quando ocorreram os últimos aportes no Fundo de Investimentos e Participações (FIP) Sondas da empresa Sete Brasil Participações, responsável pela construção de sondas para a exploração do pré-sal.

Os ex-gestores dos fundos autorizaram investimentos na Sete Brasil ignorando os riscos dos investimentos, as diretrizes do mercado financeiro, do Conselho Monetário Nacional e dos próprios regimentos internos, afirmou o Ministério Público Federal (MPF) em nota.

Os crimes foram praticados entre 2011 e 2012 e consumados até 2016, quando ocorreram os últimos aportes no Fundo de Investimentos e Participações (FIP) Sondas. Esteves Colnago integrou o Conselho Deliberativo do Fundo dos Economiários Federais (Funcef) e, nesta condição, aprovou as operações com as sondas.

Depois foi nomeado ministro do Planejamento do governo Michel Temer. Quando assumiu o Ministério da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, que também é acusado de provocar rombos em fundos de pensão, convidou Colnago para assessorá-lo.

A Operação Greenfield foi deflagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal em 5 de setembro de 2016 e investiga um desvio dos fundos de pensão, bancos públicos e estatais estimado, inicialmente, em pelo menos em R\$ 8 bilhões. A última atualização sobre os potenciais prejuízos a serem identificados revela um rombo total de R\$ 54 bilhões.

“Somente em relação aos três maiores fundos de pensão do Brasil, o trabalho da força-tarefa Greenfield impacta diretamente na qualidade de vida de 1.247.914 pessoas que foram vítimas de crimes, sem contar os participantes de outros fundos de pensão”, assinalam os procuradores no relatório enviado à Procuradoria-Geral.

Os funcionários lesados pelos golpes de pessoas como Colnago e Guedes pagaram, além do INSS, mais um percentual todo mês durante todo o tempo em que trabalharam para complementar sua aposentadoria. E, agora, com o rombo, eles são surrupiados em 22% nos seus proventos para cobrir o rombo.

O desempenho de Colnago como secretário especial adjunto de Paulo Guedes agradou tanto ao ministro que, depois de ser acusado pelo MPF, ele foi promovido a assessor especial, principalmente para articular com congressistas propostas de interesse da equipe econômica. A promoção foi anunciada na quinta-feira (9), mesmo dia em que ele foi acusado.

A Sete Brasil foi formada durante o governo de Lula (PT) e recebeu aportes de diferentes fundos de pensão, além de bancos, com o objetivo de construir sondas (unidades de perfuração) para a exploração de petróleo no pré-sal. Posteriormente, as atividades da Sete Brasil passaram a ser investigadas.

“O Espírito Santo quer é que você bata a mão no bolso”, diz bispo Edir Macedo, da Universal

Em vídeo que está viralizando na internet, o bispo Edir Macedo, fundador e chefe da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e dono da TV Record, aparece numa cerimônia em uma de suas igrejas criticando os fiéis por aplaudirem o que ele acabara de falar.

“Não, não, não. O que Deus quer não são aplausos. Ele quer que vocês ajudem a pagar as nossas contas. Ele quer que vocês batam a mão no bolso”, disse ele.

Leia a íntegra do texto e o vídeo em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

Do Vermelho

Esteves Colnago e mais 28 foram denunciados por causar prejuízo de R\$ 5,5 bilhões em quatro fundos de pensão

força-tarefa da Operação Greenfield denunciou, na quinta-feira (9), 29 ex-gestores por causarem prejuízo de R\$ 5,5 bilhões aos fundos de pensão Petros, dos funcionários da Petrobras; Funcef, da Caixa Econômica Federal; Previ, dos funcionários do Banco do Brasil; e Valia, dos trabalhadores da Vale.

Entre os acusados de gestão temerária está Esteves Colnago Júnior, assessor direto do ministro Paulo Guedes (Economia).

Esteves Colnago é chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do ministro da Economia. Ele e mais 28 pessoas são acusados de provocarem um rombo bilionário nos fundos de pensão com a realização de operações financeiras no Fundo de Investimentos e Participações (FIP) Sondas da empresa Sete Brasil Participações, responsável pela construção de sondas para a exploração do pré-sal.

Os ex-gestores dos fundos autorizaram investimentos na Sete Brasil ignorando os riscos dos investimentos, as diretrizes do mercado financeiro, do Conselho Monetário Nacional e dos próprios regimentos internos, afirmou o Ministério Público Federal (MPF) em nota.

Os crimes foram praticados entre 2011 e 2012 e consumados até 2016, quando ocorreram os últimos aportes no Fundo de Investimentos e Participações (FIP) Sondas. Esteves Colnago integrou o Conselho Deliberativo do Fundo dos Economiários Federais (Funcef) e, nesta condição, aprovou as operações com as sondas.

Depois foi nomeado ministro do Planejamento do governo Michel Temer. Quando assumiu o Ministério da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, que também é acusado de provocar rombos em fundos de pensão, convidou Colnago para assessorá-lo.

A Operação Greenfield foi deflagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal em 5 de setembro de 2016 e investiga um desvio dos fundos de pensão, bancos públicos e estatais estimado, inicialmente, em pelo menos em R\$ 8 bilhões. A última atualização sobre os potenciais prejuízos a serem identificados revela um rombo total de R\$ 54 bilhões.

“Somente em relação aos três maiores fundos de pensão do Brasil, o trabalho da força-tarefa Greenfield impacta diretamente na qualidade de vida de 1.247.914 pessoas que foram vítimas de crimes, sem contar os participantes de outros fundos de pensão”, assinalam os procuradores no relatório enviado à Procuradoria-Geral.

Os funcionários lesados pelos golpes de pessoas como Colnago e Guedes pagaram, além do INSS, mais um percentual todo mês durante todo o tempo em que trabalharam para complementar sua aposentadoria. E, agora, com o rombo, eles são surrupiados em 22% nos seus proventos para cobrir o rombo.

O desempenho de Colnago como secretário especial adjunto de Paulo Guedes agradou tanto ao ministro que, depois de ser acusado pelo MPF, ele foi promovido a assessor especial, principalmente para articular com congressistas propostas de interesse da equipe econômica. A promoção foi anunciada na quinta-feira (9), mesmo dia em que ele foi acusado.

A Sete Brasil foi formada durante o governo de Lula (PT) e recebeu aportes de diferentes fundos de pensão, além de bancos, com o objetivo de construir sondas (unidades de perfuração) para a exploração de petróleo no pré-sal. Posteriormente, as atividades da Sete Brasil passaram a ser investigadas.

“O Espírito Santo quer é que você bata a mão no bolso”, diz bispo Edir Macedo, da Universal

Em vídeo que está viralizando na internet, o bispo Edir Macedo, fundador e chefe da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e dono da TV Record, aparece numa cerimônia em uma de suas igrejas criticando os fiéis por aplaudirem o que ele acabara de falar.

“Não, não, não. O que Deus quer não são aplausos. Ele quer que vocês ajudem a pagar as nossas contas. Ele quer que vocês batam a mão no bolso”, disse ele.

Leia a íntegra do texto e o vídeo em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

Segundo a força-tarefa, o prejuízo causado às entidades, de R\$ 5,5 bilhões, é o maior entre todos os casos investigados. Apenas um dos diretores da Sete Brasil, Pedro Barusco, devolveu 100 milhões de dólares que estavam em contas no exterior e que tinham sido desviadas das operações da Petrobrás com a empresa.

Na denúncia, o Ministério Público Federal em Brasília afirma que o rombo foi provocado pelos conselheiros e diretores dos fundos de pensão ao aprovarem aportes no Fundo de Investimento em Participações Sondas, da Sete Brasil, subsidiária da Petrobras.

“Além da primeira subscrição, está sendo imputado crime especialmente em razão da aquisição de cotas (e dos aportes) da segunda emissão, em que se decidiu pelo aporte de – grosso modo – mais um bilhão de reais no FIP Sondas em condições absolutamente temerárias, de forma totalmente irresponsável para com os participantes e aposentados das fundações vitimadas”, diz a Greenfield.

O ex-diretor de participações da Sete Brasil, Eduardo Costa Vaz Musa, afirmou em depoimento, após acordo de colaboração premiada, que “a referida empresa foi constituída a fim de fazer prosperar um esquema propinas que já estaria pré-definido por Pedro Barusco (pela Petrobrás) e João Vaccari Neto (pelo PT)”.

No caso específico da Funcef, os procuradores analisaram os riscos assumidos pelos diretores e conselheiros, e até mesmo expõem os áudios de reuniões em que os aportes teriam sido aprovados.

“O áudio da reunião do Conselho Deliberativo da FUNCEF referente à Ata nº 377, nota-se, sem lugar a dúvidas, que os conselheiros aqui acusados referendaram o investimento de mais um bilhão de reais na Sete Brasil sem realizar qualquer discussão e sem embasamento técnico, com negligência assustadora, como se estivessem tratando de um tema qualquer sem a menor repercussão no patrimônio da FUNCEF e na futura vida econômica de seus participantes”, diz a força-tarefa.

O fato de Paulo Guedes ter convidado um funcionário como Esteves Colnago Júnior, que já vinha sendo investigado por desvios em fundos de pensão e, agora, promovê-lo, diante da acusação do MPF, é no mínimo uma atitude suspeita.

É também sintomático de conluio, pois o próprio Paulo Guedes está envolvido com fraudes em fundos de pensão. O TCU (Tribunal de Contas da União) abriu processo para apurar fraudes em negócios feitos por uma empresa do ministro da Economia, Paulo Guedes, com fundos de pensão patrocinados por estatais.

A Procuradoria da República no Distrito Federal já vem apurando indícios de gestão fraudulenta ou temerária por parte de Guedes em operações para captar e aplicar, a partir de 2009, R\$ 1 bilhão de sete fundos de pensão. Além da Funcef, estão entre eles Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Postalís (Correios).

O dinheiro foi depositado nos fundos de investimento BR Educacional e Brasil de Governança Corporativa, ambos criados pela gestora de ativos que pertencia a Guedes até o fim do ano passado.

A investigação foi instaurada em fevereiro de 2019, a partir de uma representação do MPF (Ministério Público Federal), que já tocava dois procedimentos a respeito, baseados em irregularidades apontadas pela Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e a Funcef (Fundação dos Economiários Federais), entidade previdenciária dos funcionários da Caixa.

“O Espírito Santo quer é que você bata a mão no bolso”, diz bispo Edir Macedo, da Universal



Bispo Edir Macedo, da IURD

# Projeto de Bolsonaro quer liberar garimpo em territórios indígenas

Governo confirma que pretende liberar exploração das terras indígenas para mineração, pecuária e extração de petróleo por empresas multinacionais

O governo Bolsonaro prepara um projeto de lei para enviar ao Congresso autorizando empresas a realizar mineração, exploração de petróleo e gás e a construção de hidrelétricas em terras indígenas.

Segundo reportagem do jornal O Globo, a proposta está na Casa Civil da Presidência e será enviada ao Congresso. O projeto fala ainda em permitir “o exercício de atividades econômicas, pelos índios em suas terras, tais como agricultura, pecuária, extrativismo e turismo”.

De acordo com o jornal, seria possível o cultivo de organismos geneticamente modificados, “exceto em unidades de conservação”.

A exploração mineral em terras indígenas é autorizada pela Constituição. Mas, na prática, por não ter sido regulamentada pelo Congresso, ela não ocorre.

O texto do governo afirma também que os indígenas serão sempre consultados, porém não terão poder de veto sobre as atividades. Eles seriam compensados financeiramente pela exploração econômica.

No entanto, segundo a Constituição, a exploração das terras indígenas “só pode ser efetivada com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra”.

De acordo com a reportagem, a justificativa para o projeto de lei, encaminhada ao Palácio do Planalto pelos ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e da Justiça, Sérgio Moro, é que a não regulamentação da atividade “traz consequências danosas para o país”, como não pagamento de compensações financeiras e tributos; ausência de fiscalização; riscos à vida, à saúde, aos costumes e

tradições dos povos indígenas; e conflitos entre empreendedores e indígenas.

Na sexta-feira (10), Bento Albuquerque afirmou a diplomatas europeus que o Brasil está avançando nos planos de permitir a mineração em terras indígenas. Segundo o ministro, “liderança significativa” das comunidades nativas havia pedido a oportunidade de explorar suas terras, de acordo com uma declaração publicada no site do ministério.

O Conselho Missionário Indígena (CIMI), por sua vez, afirma que a maioria das comunidades indígenas é contra um projeto como esse. De acordo com ambientalistas e ONGs, a mineração em terras indígenas aumentará os conflitos na Amazônia e o desmatamento.

Durante sua campanha, Bolsonaro disse que não demarcaria mais um “centímetro” de terras indígenas.

Em dezembro do ano passado, ele também mencionou sobre o projeto de liberação do garimpo, que estaria “pronto para ser entregue a qualquer momento” e seria como uma “Lei Aurea para o índio”.

“Queremos que o índio possa, na sua terra, fazer tudo que um fazendeiro, ao lado, pode fazer na dele. O preço da carne subiu? Temos então de criar mais boi aqui. Não teve a Lei Aurea? Vou então inventar um nome. Quero dar a Lei Aurea para o índio”, disse na ocasião a jornalista na porta do Palácio do Alvorada.

Pontes, estradas e hidrelétricas

Além disso, em setembro do ano passado, foi revelado que uma iniciativa do governo, chamada da Projeto Barão do Rio Branco, previa um plano de ocupação para construir hidrelétricas, pontes e expandir estradas na região norte da Amazônia, conhecida como Calha Norte. Ambientalistas e setores indígenas, no entanto,



Bolsonaro defendeu que garimpo que seria como uma “Lei Aurea para o índio”

## Governo desrespeita Rui Barbosa e anuncia semana Reagan e Thatcher em seu nome

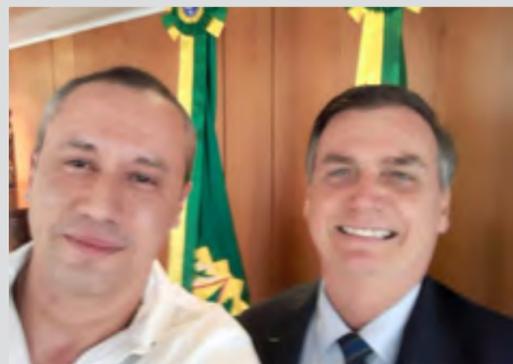
O secretário especial de Cultura, Roberto Alvim, anunciou na sua rede social que “em maio, teremos a Semana Margaret Thatcher e Ronald Reagan, com apoio das embaixadas do Brasil em Londres e nos EUA”.

Ele informou que a “Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Leticia Dornelles, e o Embaixador Eduardo Prisco, do Itamaraty, trataram de eventos internacionais para 2020” e destacou essa papariação, com dinheiro público, aos defuntos neoliberais Ronald Reagan e Margaret Thatcher como resultado dessa reunião.

A informação foi reproduzida no Twitter por Carlos Bolsonaro: “O Secretário Especial de Cultura do Governo Bolsonaro, @RobertoAlvim4, anunciou para maio de 2020, a Semana Margaret Thatcher e Ronald Reagan, com apoio das embaixadas do Brasil em Londres e nos EUA”.

A presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa alegou que o motivo pelo qual irá promover exposições e palestras sobre a ex-primeira-ministra britânica e o ex-presidente norte-americano é que Rui Barbosa “era diplomata”. “As semanas ‘Países & Personalidades’ vão nessa linha, do diplomata Rui. A razão de ser da FCRB é preservar o legado de Rui como um todo”.

Na cabeça dela, o legado de Rui Barbosa só tem efeito se for para balar memórias de figuras



O secretário de Cultura Roberto Alvim e Bolsonaro

como Reagan e Thatcher, que aplicaram em seus países políticas recessivas e antidemocráticas, contrárias ao pensamento do jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador baiano.

As gestões de Reagan e Thatcher em seus países foram marcadas pela recessão, desemprego, arrocho salarial, impostos sobre a população e alívio tributário e financeiro para os monopólios financeiros e industriais. A “diplomacia” deles, alegada como inspiração pela presidente da FCRB, faria Rui Barbosa se insurgir indignado. A política externa deles era de porrada e bomba nos outros países que não seguiam as suas ordens.

Reagan bombardeou a Líbia e Thatcher enviou porta-aviões e canhões para roubar as Malvinas dos argentinos, só para dar dois exemplos.

O anúncio da bolsonarista Leticia Dornelles, filha-da política do pastor Marco

Feliciano, aconteceu um dia depois dela exonerar os chefes dos Centros de Pesquisa, a Fundação Casa de Rui Barbosa. Ver Governo Bolsonaro exonerar chefes de pesquisa da Casa de Rui Barbosa.

O governo de Bolsonaro tem espécimes, como Abraham Weintraub, ministro da Educação que escreve “imprecionante” (sic) e é contra as universidades; Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente que é contra o meio ambiente; Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, que tem em Trump o salvador do ocidente; Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, para quem meninas do Pará foram estupradas por não usarem calcinha.

Teve ainda um presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo (saiu do cargo por uma decisão judicial), que é a favor do racismo. E tem muito mais.



No primeiro ano de Bolsonaro, 89.178 queimadas foram registradas. Em 2019, queimadas na Amazônia aumentaram 30%, registrou o Inpe

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontou que, em 2019, foram registradas 89.178 queimadas na Amazônia, número 30% superior a 2018.

Em agosto, mês em que o diretor do Inpe, Ricardo Galvão, foi levado a exonerar-se do cargo pela perseguição de Bolsonaro, por ter sustentado que a alta das queimadas identificadas pelos satélites era verdadeira, 31 mil focos foram identificados.

Esse foi o maior número registrado para o mês desde 2010.

A queimada é o principal método utilizado pelos pecuaristas para a utilização de novas áreas. No Pará, mais de 70 desmatadores se reuniram através de um grupo no Whatsapp para realizar o “Dia do Fogo”, a maior queimada da história do estado.

Segundo Bolsonaro, porém, os incêndios foram causados por ONGs interessadas em manter seus patrocínios. Ele chegou a dizer que o ator Leonardo DiCaprio estava “dando dinheiro para tacar fogo na Amazônia”.

Em outubro, durante discurso para um fórum de investidores na Arábia Saudita, Bolsonaro disse que as queimadas foram potencializadas “por mim exatamente

porque não me identifiquei com políticas anteriores adotadas no tocante à Amazônia”.

Também no Pará, a Polícia Civil tentou seguir o caminho de Bolsonaro, prendendo quatro brigadistas da região e acusando-os de terem incendiado a floresta. As próprias conversas obtidas pela polícia provam que essa história era mentirosa.

Segundo o climatologista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), Carlos Nobre, também não “se pode atribuir as queimadas na Amazônia ao clima”. “A floresta é muito úmida. Cerca de 99,9% do fogo que os satélites detectaram foram provocados por seres humanos”, frisou.

Para Ricardo Abramovay, professor do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP, o discurso de Bolsonaro e de seus ministros “estimulou a volta de atores privados para áreas que haviam sido proibidas de manter suas atividades e ocupações. Isso foi um sinal de que vale a pena arriscar desmatar”.

Também houve, sob o governo Bolsonaro, “o completo desmantelamento dos órgãos de fiscalização”, disse Abramovay.

## Após mais de um ano aguardando nomeação, reitora do Instituto Federal da Bahia toma posse

A nova reitora do Instituto Federal da Bahia (Ifba), Luzia Mota, tomou posse após mais de um ano de espera. A cerimônia simbólica foi realizada no último dia 10 de janeiro, na reitoria da instituição, em Salvador.

A reitora do Ifba agradeceu ao apoio que recebeu da família e dos amigos, lembrou dos colegas da instituição e deu ênfase à importância dos movimentos estudantis e outras organizações sociais. No primeiro discurso como reitora, ela citou Nelson Mandela, Frida Kahlo e foi direta em relação às questões políticas.

“Assumo o cargo de reitora do Instituto Federal da Bahia com muito orgulho e, sobretudo, consciente da responsabilidade e distinção que recebi da comunidade acadêmica e da sociedade. Não me sinto intimidada com a tarefa que estamos assumindo aqui e nem me intimidando a incerteza de uma conjuntura adversa e, diria, perversa. Não estarei sozinha e confio plenamente nos movimentos organizados”, afirmou Luiza.

Além da reitora, forma empossados os pró-reitores de Ensino do Ifba, Philippe Murillo Carvalho; de Exten-

são, Nivea Cerqueira; e de Pesquisa, Jancarlos Lapa, além dos diretores gerais eleitos de 17 campi.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que integra o Ministério Público Federal (MPF), encaminhou, em dezembro do ano passado, um pedido de informações ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, para que ele apresentasse os motivos da não realização da posse da professora.

Segundo informações da PFDC, o processo eleitoral que elegeu Luzia Mota como reitora do IFBA no período de 2019 a 2023 foi realizado em 13 de dezembro de 2018. A docente foi eleita com 32,2% dos votos válidos.

O tom duro tem relação com a data da posse. Luzia foi eleita para o posto de reitora em dezembro de 2018, mas o Ministério da Educação (MEC) protelou a oficialização dela no cargo por um ano. O decreto com a nomeação foi publicado apenas em 23 de dezembro de 2019, com data da posse em Brasília marcada para 30 do mesmo mês, mas, segundo a assessoria do Ifba, o MEC desmarcou alegando falta de agenda.

O MEC havia informado na época que o processo para nomeação da reitora Luzia Mota estava em andamento, pois, após a eleição, foram encontradas “inconsistências no rito eleitoral”, o que impediu a nomeação até que fossem sanadas.

Para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o pedido de suspensão temporária do processo, determinado pelo secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau, era uma decisão “ilegal e imoral” porque eles acreditam que a propositura de uma ação judicial, sem liminar, não tem o direito de paralisar a atividade administrativa do Ifba.

O argumento do governo para protelar a nomeação de Luiza é o mesmo que consta na MP 914, publicada por Bolsonaro na véspera de Natal para intervir nas universidades em que discordar do processo eleitoral e da escolha dos nomes da lista tríplice para a indicação do reitor.

Segundo o texto da MP, o MEC pode intervir nas universidades “na impossibilidade de homologação do resultado da votação em razão de irregularidades verificadas no processo de consulta”.



Feriado é celebrado em São Paulo

## Advogacia da União se opõe ao feriado do Dia da Consciência Negra

A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou contra a possibilidade de os municípios e estados instituírem o feriado do Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. A posição foi apresentada em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o órgão do governo federal, apenas a União, ou seja, o Congresso e o governo federal, pode fazer isso, uma vez que a criação de feriados mexe nas “relações de trabalho”. E, segundo a Constituição, apenas a União pode legislar sobre direito trabalhista.

A AGU atua em nome da União e o titular do órgão assume por indicação do presidente da República. Jair Bolsonaro (sem partido) indicou André Mendonça como advogado-geral em janeiro de 2019. Ele que, além de advogado é também pastor, permanece no cargo desde a nomeação.

Em julho de 2019, Bolsonaro chegou a afirmar que André Mendonça está numa lista de “bons nomes” para ocupar o cargo de ministro do STF por ser “terrivelmente evangélico”.

O dia 20 de novembro rememora a morte de Zumbi dos Palmares, líder do mais conhecido quilombo formado no Brasil. Os quilombos eram um refúgio de negros escravizados que conseguiram fugir do trabalho forçado. O parecer foi apresentado em ação em que a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) pede que seja declarado Constitucional o feriado no município de São Paulo.

Segundo levantamento feito pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em novembro do ano passado, o Dia da Consciência Negra é feriado em mais de 1.200 cidades brasileiras, seja por meio de lei municipal, ou por meio de lei estadual. No Rio de Janeiro, é feriado em todos os 92 municípios graças a uma lei estadual aprovada em 2002.

### RACISTA NA FUNDAÇÃO PALMARES

A mesma AGU que enviou parecer para acabar com o Dia da Consciência Negra, entrou com um novo recurso no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) para anular a suspensão da nomeação do jornalista Sérgio Camargo como presidente da Fundação Palmares.

A nomeação de Camargo foi suspensa pelo juiz federal substituto Emanuel José Matias Guerra, da 18ª Vara Federal de Sobral (CE), depois do repúdio manifestado pela sociedade, principalmente lideranças negras, pela escolha do jornalista. Em postagens nas redes sociais, ele afirmou que a escravidão foi “benéfica” para os descendentes de africanos escravizados, o que gerou revolta.

Em seu despacho, o juiz afirmou que a nomeação “contraria frontalmente os motivos determinantes para a criação” da Fundação Palmares e põe a instituição “em sério risco”, visto que a gestão pode entrar em “rota de colisão com os princípios constitucionais da equidade, da valorização do negro e da proteção da cultura afro-brasileira”.

O juiz da 18ª Vara Federal viu nas publicações de Camargo em redes sociais o “condão de ofender justamente o público que deve ser protegido pela Fundação Palmares”.

O objetivo da Fundação Cultural Palmares, definido pelo Decreto n.º 6.853, de 15 de maio de 2009, é promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. A Fundação, segue o Decreto, deve apoiar e desenvolver políticas de inclusão dos afro-descendentes no processo de desenvolvimento político, social e econômico por intermédio da valorização da dimensão cultural”.

## Dória entrega 1.273 kms de rodovias a fundo de especulação estrangeiro

Nesta quarta-feira (8), o governo de São Paulo privatizou 1.273 quilômetros de rodovias entre as cidades de Piracicaba e Panorama, na divisa com Mato Grosso do Sul, o chamado pacote “Pipa”.

Com o leilão, encarecerá ainda mais o custo de transporte no estado que já possui alguns dos trechos de rodovias com pedágios mais caros do país. O consórcio liderado pelo grupo Pátria Investimentos venceu o leilão das rodovias. O “Pátria” é um braço do fundo especulativo privado equity Blackstone dos EUA, que atua em diversos segmentos, de aplicativos de namoro virtual, a setores como transporte e educação.

O lote Piracicaba-Panorama é composto pela malha de 218 quilômetros, atualmente operada pela concessionária Centrovias, do Grupo Arteris, além de 1.055 quilômetros de 14 rodovias que atualmente são operados pelo Departamento de Estradas e Rodagens de São Paulo – DER-SP e que não possuem cobrança de pedágios.

De acordo com o edital, serão instaladas 21 praças de pedágios no conjunto das estradas. Eles deverão ter um valor próximo aos cobrados atualmente pela Centrovias em suas 5 praças, que vão de R\$ 5,40 a R\$ 11,70 para carros convencionais.

Segundo João Dória, o governo deve intensificar a agenda de privatizações da infraestrutura paulista, leilando no primeiro semestre deste ano, 21 aeroportos regionais e licitando os portos de Santos e de São Sebastião, no litoral do estado.

# Salário mínimo para este ano tem reajuste abaixo da inflação

Índice de reajuste para o mínimo ficou em 4,1% frente a uma inflação de 4,48%

O salário mínimo fixado pelo governo para este ano ficou abaixo da inflação, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira, 10.

Para este ano, o mínimo teve um reajuste de 4,1%, passando de R\$ 998 para R\$ 1.039, no entanto, o índice é menor do que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 4,48%, divulgado pelo IBGE.

Como o INPC serve de referência para o reajuste do salário mínimo, e o índice ficou em 4,48%, o salário desse ano deveria ser de pelo menos R\$ 1.042,70, já que o gover-

no usou para o cálculo o valor R\$ 999,91.

O valor do salário mínimo para este ano foi editado em uma medida provisória do governo publicada em 31 de dezembro, com base na previsão do mercado financeiro.

Até 2019 o reajuste do mínimo era calculado usando-se a inflação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a definição do salário mínimo deve continuar sendo feita ano a ano, mas não informou se o valor do mínimo, com base nesse novo dado, poderá ser revisado.

## Aposentado que recebe o mínimo tem reajuste menor que os demais

O reajuste dos aposentados e pensionistas do INSS que ganham menos, ou seja, os que ganham um salário mínimo, vai ser menor este ano.

O aumento vai acompanhar o reajuste do salário mínimo, que é usado como piso para aposentadorias, pensões e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Como o reajuste do mínimo foi definido pelo governo, no final de dezembro, em 4,1%, abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na semana passada, de 4,48%, o reajuste será menor do que os aposentados que recebem mais do que um

salário mínimo, que vai acompanhar o índice de 4,48%.

Com isso, o reajuste para os aposentados que recebem o mínimo ficou abaixo da inflação, como o dos demais trabalhadores que ganham salário mínimo, e segundo o que parece ser a lógica do atual governo: os mais necessitados serão os mais prejudicados.

Até 2019, o reajuste do salário mínimo adotava a regra que considerava a inflação do ano anterior mais o resultado do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos anteriores. Quando acontecia de o resultado do PIB ser negativo, considerava-se apenas a inflação para o cálculo do reajuste.

## Para Bolsonaro, segurança do trabalho "inferniza" a vida dos patrões e tem que acabar

O presidente Jair Bolsonaro afirmou através de sua conta no Twitter, na segunda (06), que pretende revisar as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho (NR's). As normas foram criadas na década de 1970 e determinam garantias mínimas de segurança para o trabalhador, com o objetivo de manter a saúde e a integridade física das pessoas, prevenindo acidentes e doenças oriundas da atividade laboral.

Bolsonaro afirmou em sua declaração na rede social que as normas que protegem a saúde do trabalhador "infernizam a vida dos empresários, comerciantes, empreendedores e etc.". Disse ainda que "numa delas, já alterada por nós, existiam 41 itens para aplicar muitas somente em banheiros das empresas (hoje são 4 apenas)".

Atualmente, o Brasil ocupa o 4º lugar do ranking da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em acidentes do trabalho, atrás da China (14.924), Estados Unidos (5.764) e Rússia (3.090) e não há qualquer intenção do governo de melhorar a situação dos trabalhadores no Brasil, que só em 2018 registrou 2.022 em 2018. Ao contrário, o objetivo é retirar as leis que garantem a segurança do trabalhador, com o argumento de "aliviar" as muitas do empresário.

"Estamos revisando as demais NRs e, até dezembro desse ano, eliminaremos mais de 3.000 tipos de multas", afirmou o presidente.

Entre as primeiras mudanças anunciadas pelo governo no ano passado está a alteração em três normas

(NR1, NR2 e NR12).

A Norma Regulamentadora 1 trata das disposições gerais das NR's que definem a quem se aplicam as regras, definem as competências de órgãos de fiscalização como Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), sindicatos das categorias, e trata da capacitação dos trabalhadores.

Na alteração, o governo quer que o trabalhador não precise de novo treinamento caso seja contratado por outra empresa do mesmo setor econômico da anterior.

A Norma Regulamentadora 12 dispõe sobre a segurança no uso de máquinas e equipamentos no trabalho. Fixa, por exemplo, requisitos para prevenção de acidentes e doenças do trabalho no uso de máquinas e na manutenção ou montagem delas.

Segundo o governo, a norma passará a estabelecer que a máquina deve ser protegida, mas "de acordo com os recursos que ela dispõe". Segundo o governo, máquinas antigas não têm condições de serem adequadas às normas de segurança atuais.

Já a Norma Regulamentadora 2 foi revogada. Ela estabeleceu que o órgão responsável faça uma inspeção no local das instalações antes da abertura de um estabelecimento.

Portanto, não é sobre as disposições relativas às condições dos banheiros dos estabelecimentos que o Governo está preocupado, mas tais mudanças podem retirar importante mecanismo que garantem a segurança e, em última instância até mesmo a vida dos trabalhadores.



## Pesquisa pode ser inviabilizada este ano Cortes do governo no IBGE colocam em risco o Censo de 2020, denuncia Sindicato

Os funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denunciaram que os cortes feitos pelo governo no instituto para este ano podem colocar em risco a realização do Censo de 2020, que pode não ser realizado pela primeira vez desde o governo Collor (1990).

De acordo com a Associação dos Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ASSIBGE), que entrou com uma reclamação no Congresso Nacional, dos R\$ 3,1 bilhões solicitados para a tarefa, foram destinados apenas R\$ 1,4 bilhão conforme o Orçamento Geral da União. Outros R\$ 830 milhões dependem de autorização do Congresso para serem liberados, o que levaria ao montante de R\$ 2,3 bilhões.

"O Orçamento fechou com dotação que é muito inferior [ao necessário]. Impossível de fazer o Censo com o que foi alocado para isso. [...] Nós estamos trabalhando para o Censo acontecer e não repetir o que houve com o ex-presidente Fernando Collor em 1990, quando não houve o Censo", Dione Oliveira, diretora do Sindicato.

O Censo é a única pesquisa que visita todos os domicílios brasileiros (cerca de 58 milhões espalhados por 8.514.876,599 km²) para conhecer a situação de vida da população em cada um dos 5.565 municípios do país. Um trabalho gigantesco, que envolve cerca de 230 mil pessoas, bem diferente da pesquisa amostral, que, como o próprio nome indica, investiga uma amostra da população e, a partir de modelos estatísticos, generaliza os dados coletados para o conjunto da população. Em 2020 ele está marcado para ter início no dia 1 de agosto.

Através do Censo, o poder público pode identificar áreas de investimentos prioritárias em saúde, educação, habitação, saneamento básico, transporte, energia, programas de assistência à infância e à velhice, além de poder elaborar programas de estímulo ao crescimento econômico e desenvolvimento social.

Os corte feitos pelo governo Bolsonaro no orçamento do Censo jogam foram anos de trabalho e pesquisa para a elaboração da metodologia a ser implantada na coleta dos dados. Segundo Dione, desde 2015 estudos foram feitos para se chegar ao formulário de perguntas do Censo. Muitas delas foram retiradas por ordem do governo na última hora por causa da "intervenção política" no corpo técnico do IBGE.

Algumas questões socioeconômicas foram censuradas impedindo um maior aprofundamento nas contradições sociais. Por exemplo as questões se o imóvel do recenseado é próprio ou alugado, se os alunos são da rede pública ou privada, qual a renda do lar, permanecendo somente a do chamado "responsável pelo domicílio".

Segundo o Sindicato não haverá ainda questionamentos sobre a emigração internacional, horas trabalhadas e os bens de consumo do domicílio. Tais mudanças afetaram negativamente a elaboração de políticas públicas nas áreas de moradia, emprego e educação, afirma Dione.

"Não é exagero dizer que o que teremos, caso seja possível fazer o Censo, será um Censo capenga, inclusive com problema de perder comparação com 2010 devido à mudanças na metodologia", diz a sindicalista.

Outro problema apontado pela sindicalista é o número de funcionários para a pesquisa a ser realizada em 2020, no caso, 180 mil. O sindicato esperava um número que ultrapassasse os 203 mil, além de uma remuneração maior para os recenseadores que trabalham em fins de semana e feriados.

Dione destacou que uma das justificativas do governo para os cortes, tanto nas perguntas quanto no Orçamento, é a de que o Censo seria feito em grande escala pela internet. "Em testes que fizemos esperava-se que 20% respondesse ao Censo pela internet. Dados internos nos mostraram, até agora, que esse número ficou em 2,3%", alertou.

Devido ao quadro considerado preocupante pelo Sindicato, a entidade ingressou com um pedido na Câmara dos Deputados para que um estudo, juntamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), seja feito para tratar tanto da questão orçamentária quanto da interferência política no corpo técnico do órgão.



Perda do poder de compra atingirá trabalhadores e também aposentados



Governo diz que não há previsão de resolver problema antes de 6 meses

## INSS: 1,3 milhão não conseguem solicitar aposentadoria e desespero cresce nas filas

Mais de 1,3 milhões de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não estão conseguindo obter seus benefícios devido a falhas e sistema travado do órgão. São 65% dos requerimentos sem atendimento, deixando as pessoas sem aposentadoria, além de benefícios como assistência ao idoso, por incapacidade, para deficientes de baixa-renda, salário-maternidade, auxílio-doença e pensão por morte.

Só este mês, o órgão anunciou o fechamento de mais de 500 agências do INSS. O governo também anunciou, este ano, o fechamento de 20 unidades regionais do Dataprev, empresa que processa os dados de 35 milhões de aposentados.

A esse desmonte do sistema o governo chama de "otimização da força de trabalho" e "digitali-

zação do sistema", mas o efeito até o momento foi o de milhares de brasileiros, que não conseguem solicitar as suas aposentadorias. Os sistemas também não foram adaptados às novas regras da reforma da Previdência atrasando ainda mais os pedidos.

Em todo o país, a espera passa de 45 dias, com filas crescentes nas agências e o desespero batendo à porta dos beneficiários. Em depoimento à TV Globo, no Rio de Janeiro, uma mulher com a filha no colo esperou horas na fila do INSS para tentar uma resposta sobre o salário-maternidade:

"Eu dei entrada no benefício do salário-maternidade e já tem três meses que eu estou esperando o processo tramitar e até hoje não tramitou. Pela internet, eu não consigo informação nenhuma, o 135 é uma gravação que

diz que está pendente. Hoje, depois de três meses, eu vim aqui na agência para poder ter um feedback, uma resposta de um funcionário e me falaram que eu ainda tenho que ficar aguardando porque está pendente porque tem muitos pedidos e eu não sei quando eu vou começar a receber", relatou a designer Rachel Gepp.

Em resposta ao caos, o governo, através do secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, admitiu nesta sexta-feira, 10, que a fila não será zerada antes de julho. A informação foi também anunciada pelo presidente do INSS, Renato Vieira, que afirmou que a fila não será resolvida em menos de seis meses. "Esperamos que nos próximos 6 meses a situação esteja absolutamente regularizada", disse.

## Na mira da privatização, Dataprev fecha 20 unidades regionais e demite 493 funcionários

A estatal Dataprev vai fechar 20 unidades regionais e demitir 493 funcionários, conforme anunciou em seu site na quarta-feira, 8.

A empresa de tecnologia, que está na lista de privatizações do governo, processa o pagamento de cerca de 35 milhões das aposentadorias do país, é responsável pela aplicação on-line da liberação do seguro desemprego e pelo processamento dos dados nas Agências da Previdência Social e nos postos do Sistema Nacional do Emprego (Sine), além de processar as informações previdenciárias da Receita Federal.

A medida representa o desmonte de um setor que permite a facilitação do acesso ao cidadão brasileiro a diversos direitos sociais e concessão automática de vários benefícios como aposentadorias ou salário-maternidade, por exemplo.

As filiais que serão fechadas são as de Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe, Acre, Alagoas,

Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. As atividades da empresa permanecem no Ceará, Distrito Federal, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo.

A estatal tem 3.360 funcionários. As demissões representam 15% dos servidores, que têm até o dia 20 de janeiro para aderir a uma espécie de programa de demissão voluntária, que está sendo denominado pela empresa de Programa de Adequação de Quadro (PAQ).

Os funcionários que não aderirem ao programa serão demitidos, recebendo as verbas rescisórias previstas na legislação trabalhista, como multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Segundo a direção da empresa, o fechamento das unidades e as demissões não têm relação com a privatização, mas com a "economia" de R\$ 93 milhões que o PAQ vai gerar. A Dataprev

é uma empresa lucrativa e teve faturamento projetado para 2019 de R\$ 1,6 bilhão e lucro de R\$ 170 milhões.

As entidades que representam os funcionários já preparam uma série de atividades para resistir às demissões e à privatização da empresa.

A Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados (Fenadados) disse que vai entrar na Justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). A entidade também vai realizar assembleias e reuniões com os trabalhadores para resistir às demissões e à privatização.

"Nossa estratégia compreende também realizar audiências públicas, conversar com vários segmentos da sociedade, inclusive parlamentares, para que eles se sensibilizem sobre a importância de manter a Dataprev e o Serpro como empresas públicas", disse a secretária da Mulher Trabalhadora da Fenadados e funcionária da Dataprev, Socorro Lago.

## Espanha forma governo de coalizão dois meses após as eleições de novembro

Pedro Sánchez, líder do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), foi investido como presidente do governo da Espanha pelo Congresso dos Deputados, que outorgou o voto de confiança para formar um Executivo de coalizão junto ao movimento Unidos Podemos (UP), na terça-feira (7).

A candidatura de Sánchez foi aprovada por uma estreita maioria simples após conseguir o voto favorável de 167 deputados, 18 abstenções e 165 votos contra.

Para formar o primeiro governo de coalizão da história da democracia espanhola, Sánchez teve que esperar quase dois meses desde as últimas eleições em 10 de novembro para reunir os apoios que o confirmariam à frente de um executivo em plenitude de suas funções.

Primeiro, estabelecendo um acordo com o partido Unidos Podemos, a força liderada por Pablo Iglesias. Mais tarde, e em um processo que se estendeu por cerca de três semanas, selando um acordo com a força independentista Esquerra Republicana da Catalunha para que se abstivesse.

Assim, Sánchez somou o apoio de 167 deputados: 120 do PSOE, 35 de Unidos Podemos, seis do Partido Nacionalista Vasco, três de Más País-Equo-Compromís, partido formado a partir de reivindicações ecologistas e feministas, e os outros três de Teruel Existe, Nova Canárias e Bloco Nacionalista Galego, de representantes de regiões da Espanha.

A Espanha possui um Estado multinacional, ou seja, contempla em seu território inúmeros troncos étnicos que possuem um relativo grau autônomo de organização e coesão sociais e até línguas diferentes. No entanto, a convivência dessa pluralidade não acontece sempre de forma totalmente pacífica. No espaço geográfico espanhol há uma elevada instabilidade política envolvendo, especialmente, catalães e bascos, além de algumas outras etnias (como os galegos e navarros).

Por isso, a abstenção de Esquerra Republicana da Catalunha foi chave para permitir a vitória de Sánchez. O líder independentista Oriol Junqueras exigiu – e conseguiu – a criação de uma mesa entre governos (espanhol e catalão) para abordar de forma ampla e livre os problemas da Catalunha.

O plano de governo da coalizão inclui revogação dos principais pontos da reforma trabalhista neoliberal promulgada em 2012. Após o Congresso espanhol aprovar então a “reforma trabalhista” impulsionada pelo Partido Popular (PP), o presidente Mariano Rajoy afirmou que ela era tudo o que bastava para o país “crescer e gerar empregos”. Passados mais de sete anos, a nação é uma das mais precarizadas da União Europeia (UE), tendo a juventude como uma das suas principais vítimas, com cerca de 40% de desemprego. Propõe ainda uma reforma tributária com aumento de impostos para as camadas mais ricas e grandes empresas e a elevação do salário mínimo. A proposta também contempla ações contra as mudanças climáticas e políticas para garantir a igualdade de gênero e combate à violência sexista.

O novo presidente declarou que fará “avançar a Espanha com valores progressistas, sem deixar ninguém para trás” e “pondo as pessoas que trabalham no centro da política”. “Ilusão, trabalho e diálogo para ganhar o futuro de nosso país” sublinhou Sánchez em sua mensagem depois de assumir o governo.

O secretário geral da União Geral de Trabalhadores, UGT, Pepe Alvarez, bem humorado, considerou que “a música do governo soa bem”, mas reivindicou que “negocie a letra” com os trabalhadores, com os agentes sociais, com urgência no relativo ao salário mínimo (SMI), cujo aumento esperam acertar “nos próximos dias”.

SUSANA LISCHINSKY

# Milhões de indianos fazem greve geral contra reforma trabalhista de Modi



Manifestação de apoio à greve nas ruas de Bihar, capital do Estado, exigindo respeito aos direitos dos trabalhadores. (Foto: ANI)

## Vladimir Putin e Erdogan inauguram gasoduto turco-russo em Istambul

O presidente russo, Vladimir Putin, e seu colega turco, Recep Tayyip Erdogan, inauguraram um gasoduto duplo de gás natural que abrirá uma nova rota de exportação de gás russo para a Turquia e Europa. Putin se juntou a Erdogan em Istambul na quarta-feira (8) para a abertura oficial do gasoduto TurkStream.

A construção começou em maio de 2017 a um custo de quase US \$ 8 bilhões. O gasoduto é um sinal de “interação e cooperação para o benefício de nosso povo e de toda a Europa e do mundo”, disse Putin na cerimônia de inauguração. Abrangendo mais de 930 quilômetros sob o Mar Negro, transportará 31,5 bilhões de metros cúbicos (bcm) de gás russo anualmente para a província ocidental da Turquia, com metade do volume fluindo ainda para os Balcãs e Europa Central, incluindo Bulgária, Sérvia e Hungria.

A cerimônia em Istambul também contou com a presença dos líderes da Sérvia e da Bulgária. A Rússia já iniciou as entregas de



Os presidentes da Rússia e Turquia, Vladimir Putin e Erdogan, abriram a cerimônia e receberam líderes da Sérvia e da Bulgária. (Tolga-Bozoglu/EPA/EFE)

gás na Europa por meio do gasoduto, disse a operadora de gás búlgara Bulgartransgaz no domingo (5). O terminal do gasoduto fica perto da vila turca de Kiyiko, a cerca de 20 quilômetros da fronteira com a Bulgária. Segundo o Sputnik, faz parte do objetivo de longo prazo da Rússia construir alternativas ao trânsito de gás pela Ucrânia com outros projetos de dutos como Nord Stream 1 e 2. Ambos se conectam à Alemanha de baixo d'água, mas a quase conclusão do Nord Stream 2 foi adiada devido às sanções dos EUA. A Rússia, que exportou quase 200 bcm para a

Europa no ano passado, está fornecendo gás para os Balcãs e a Turquia por terra pela Ucrânia, Moldávia e Romênia. Putin e Erdogan também devem discutir a Síria e a Líbia, onde os dois países apoiam lados opostos, enquanto abordam as tensões regionais no Iraque e no Irã, que aumentaram após o assassinato do general um comandante iraniano Suleimani pelos EUA. Putin foi para a Turquia diretamente da Síria, onde se encontrou com o presidente sírio Bashar al-Assad.

Fonte: Sputnik Commercial e Consulting.

A ‘reforma’ de Modi foi apresentada ao parlamento em novembro passado, para facilitar demissões e precarizar ainda mais os empregos

Com paralisações, atos de protesto e bloqueios de ferrovias e estradas, milhões de trabalhadores indianos atenderam à convocação das dez centrais sindicais e de outras organizações populares na quarta-feira para a ‘Bharat Bandh’ (Greve Geral) contra a ‘reforma trabalhista’ do governo Modi, as privatizações e o arrocho de aposentados e agricultores, e para exigir um salário-mínimo de 21 mil rúpias (294 dólares) e aposentadoria mínima de 10 mil rúpias (140 dólares).

As centrais, que representam 250 milhões de trabalhadores indianos, rejeitaram “as políticas anti-povo e anti-trabalhadores do governo do BJP”, o partido fundamentalista hindu no poder, e exigiram que Modi atenda à sua “Carta de 12 Pontos” por proteções sociais básicas e pela geração de empregos. A greve também repudiou a malsinada emenda à lei de cidadania que exclui refugiados muçulmanos, bem como o plano do governo Modi de forçar todos os 1,3 bilhão de residentes do país a provar seu direito à cidadania indiana, brutal estratégia para acossar e discriminar os mais de 150 milhões de indianos de fé islâmica.

A única central que ficou de fora é aquela que funciona como um braço do governo, a Bharatiya Mazdoor Sangh (BMS). A ‘reforma’ de Modi foi apresentada ao parlamento em novembro passado, para facilitar demissões e precarizar ainda mais os empregos.

### AMPLITUDE

De acordo com as centrais, a adesão à greve geral foi “total” nos estados de Kerala e de Manipur, e “quase total” no de Tripura, apesar da brutalidade da repressão. Em Bengala Ocidental, a adesão à greve foi “muito grande”, enquanto em Assam, Bihar, Jharkhand, Punjab, Odisha, Madhya Pradesh, Tamil Nadu, Maharashtra, entre outros estados, foi “bastante significativa”.

Bangalore nas ruas em apoio à greve contra os ataques aos direitos dos trabalhadores (Manjunath Kiram/AFP)

O protesto afetou particularmente os transportes, os bancos, os serviços públicos, telecomunicações e as universidades, em quase todos os estados do país. Agricultores pobres e trabalhadores rurais participaram em peso. A juventude, que já tem estado nas ruas contra o supremacismo hindu e suas leis racistas, também se uniu ao movimento em 60 universidades.

35 milhões de motoristas de ônibus, caminhões e riquixás se juntaram à greve, segundo a central sindical CITU, e em grande parte dos centros urbanos da Índia o transporte parou.

As paralisações atingiram montadoras e fábricas de autopeças, entre elas a Honda, no cinturão industrial Manesar-Gurgaon, nos arredores da capital da Índia, Nova Delhi, como registrou o Outlook India. Também foram afetadas, em outras regiões, a Volvo, Toyota, Bosch e a fabricante de pneus, Vikrant.

### CONTRA AS LEILOATAS

Os eletricitários e os mineiros do carvão – setor também sob ameaça de privatização –, cruzaram os braços, assim como os trabalhadores em plantações de juta em Bengala Ocidental.

Em Mumbai (conhecida como Bombaim no tempo do domínio britânico), maior cidade da Índia, manifestantes repudiaram a privatização da estatal de petróleo Bharat Petroleum (BPCL). Os serviços de trem foram interrompidos em Calcutá.

A ameaça de privatização e de fusão de bancos públicos mobilizou milhões na Índia. Apesar das ameaças de punições do governo, foi enorme a adesão de servidores públicos. Em vários estados, particularmente nos governado pelo BJP e aliados, a polícia reprimiu os manifestantes e realizou numerosas prisões.

A greve foi apoiada pelos dois partidos comunistas indianos – o PCI e o PCM –, por partidos regionais e pelo maior partido da oposição, o Congresso Indiano. “As políticas anti-povo e anti-trabalhista do governo Modi criaram um desemprego catastrófico e estão

enfraquecendo nossas estatais para justificar sua venda aos empresários comparsas de Modi. Hoje, mais de 250 milhões de pessoas pediram Bharat Bandh 2020 em protesto. Eu os saúdo”, tuitou o líder do Partido do Congresso, Rahul Gandhi.

### CONFISCO

O ataque aos sindicatos buscado pela ‘reforma’ de Modi é ainda mais sinistro, tendo em conta que mais de 90% da população ativa está na economia informal. Só com a chamada ‘desmonetização da moeda indiana’ – a troca forçada das notas de maior valor via rede bancária quando a imensa maioria não tinha conta em banco, um verdadeiro confisco –, acompanhada pela imposição de pesado imposto sobre vendas e serviços, mais de 3 milhões de pequenas e médias empresas foram levadas a fechar as portas, agravando o desemprego, que já é de quase 8% – uma enormidade, em um país com a população da Índia, e que, conforme o Banco Mundial, precisa criar a cada ano 1,3 milhão de empregos só para atender aos que ingressam no mer cado de trabalho.

A greve geral ocorreu três dias depois que bandos de arruaceiros correligionários do BJP invadiram o campus da Universidade que leva o nome do fundador da república indiana, espancando estudantes e professores, o que causou grande indignação.

### EPIDEMIA DE SUICÍDIOS

Com metade da população ainda vivendo no campo, é dramática a situação dos agricultores, achacados pelas multinacionais das sementes transgênicas e agrotóxicos, pelo endividamento e pela falta de preço mínimo justo, o que levou 12 mil agricultores arruinados ao suicídio a cada ano do primeiro mandato de Modi.

A privatização e o favorecimento dos rentistas fez com que, de apenas dois bilionários em meados da década de 1990, a Índia agora tenha 131, só eles com riqueza equivalente a 15% do PIB. Os 1% mais ricos já detêm 68% de toda a riqueza, um aumento de quase 20 pontos percentuais nos últimos cinco anos, segundo a deputada comunista Brinda Karat. Mas, com uma população só inferior à da China em tamanho, deu para cevar uma classe média enorme em termos absolutos, em meio à imensa massa de destituídos e trabalhadores informais.

### HINDUTVA

Se no terreno democrático o governo Modi tem se caracterizado pelo assalto aos princípios básicos da Constituição Indiana de 1950, em particular, o secularismo e a diversidade étnica e religiosa do país, e apologia do hinduísmo bramânico, o Hindutva, do ponto de vista da soberania nem de perto é comparável ao atual governo brasileiro, recordista em subserviência a Trump.

Modi está determinado a fazer a Índia – que até à dominação britânica era um dos principais países do mundo – retomar essa condição, por essa via que ele escolheu. Mantém excelente relação com a Rússia, de quem adquiriu o sistema de defesa antiaéreo S-400, apesar de todas as pressões de Washington, com quem busca também pontos de convergência. Desenvolveu uma relação pessoal com o presidente chinês Ji Xiping e integra os Brics e o Tratado de Shanghai.

### CANETAS MONTBLANC

Até onde vai essa tentativa de quadrar o círculo ainda resta ser visto. Como ironizou um ex-embaixador indiano, M. K. Bhadrakumar, sobre os líderes supremacistas hinduístas: ao mesmo tempo em que sentem que chegaram “à modernidade” por “exibirem canetas Montblanc, enfiarem lenços de seda nos bolsos do casaco ou usarem relógios de pulso Patek Philippe”, sonham em arrastar a Índia “a uma época primitiva que se assemelha às guerras religiosas na Europa medieval”.

ANTONIO PIMENTA

## Governo argentino lança programa emergencial para gerar emprego

No processo de tomar medidas rápidas que aliviem a situação de fome e pobreza em que o governo neoliberal de Mauricio Macri deixou o país, o presidente Alberto Fernández apresentou, na quinta-feira (9), o plano “Argentina Faz”, que com um investimento inicial do equivalente a 650 milhões de reais busca gerar “20 mil empregos” para “cooperativas de vizinhos” nos próximos três meses.

“Não vamos só esperar as grandes medidas, as de fundo, que estão sendo tomadas e planejadas. Peço a todos, já que nos tocou chegar ao fundo do poço, que façamos juntos o esforço para sair do fundo do poço. O primeiro esforço é dar uma mão aos que estão pior e não é só de um presidente, de um ministro, é de todos, para que ninguém fique de fora”, disse Fernández.

O ministro de Obras Públicas, Gabriel Katopodis, definiu o plano como “de infraestrutura social básica, de execução rápida e mão de obra intensiva para gerar emprego em todas as localidades e fazer as obras que necessitam os vizinhos”. “Vamos resolver o sistema de água e esgoto em cada localidade; as calçadas, rampas e faixas para bicicletas, todo o relacionamento com estradas e a acessibilidade aos nossos bairros; tudo o que tem a ver com obras hidráulicas pequenas, pluviais, defesas, deságues; e vamos trabalhar para construir

e melhorar as escolas e os clubes de bairro”, assinalou. “Os que sofreram na Argentina destes últimos quatro anos têm que saber que não vão continuar sofrendo”, concluiu.

Na província de Buenos Aires, responsável por mais de 30% do PIB da Argentina, estão sendo tomadas outras medidas emergenciais como a Argentina contra a Fome, que lá implicará “que 560 mil famílias recebam uma ajuda para terminar com esse desastre”. “O problema da fome e a pobreza tem uma só solução de fundo, estrutural. Governar é criar trabalho, por isso estamos com o ministro Katopodis apresentando “Argentina Faz”, um programa que não vai esperar que a mão invisível do mercado atue, que vai trazer a mão solidária e visível do Estado, para que todos os argentinos possam trabalhar”, afirmou o ex-ministro de Economia do governo de Cristina Kirchner, atual governador de Buenos Aires, Axel Kicillof.

“Argentina Faz” foi definido por Fernández como “um plano integrador, de pequenas obras que necessitam dos cidadãos de Buenos Aires, de toda a província e do país, obras que serão feitas pelos próprios vizinhos, por pequenas empresas construtoras, por cooperativas que vão pôr o valor do trabalho dos argentinos”. Destacou que também é integrador “porque a metade dos que trabalham vão ser mulheres”.

## Busca de Netanyahu por imunidade exclusiva o incrimina ainda mais

“A saga de Eyal Yinon, o conselheiro jurídico do Knesset [parlamento israelense] é um exemplo típico das táticas estilo gangster de Benjamin Netanyahu ao apagar das luzes de seu mandato”.

É assim que começa a análise do colunista israelense Yoissi Verter, publicada no jornal Haaretz, no dia 10 (sexta-feira), com o título “O mais recente capítulo de Netanyahu contra o sistema judiciário: difamar o conselheiro do Knesset”.

Tudo o esforço de Bibi Netanyahu – desde seus três indiciamentos por fraude, suborno e quebra de confiança – tem sido no sentido de fugir do julgamento perante os tribunais israelenses.

Como os processos avançaram ao ponto de serem relatados os motivos do indiciamento, já enviados aos juízes de primeira instância, Netanyahu adota a tática de postergar os próximos passos do judiciário entrando com o pedido de imunidade exclusiva. Ou seja, que o parlamento conceda ao premiê e, somente a ele, a imunidade de julgamento enquanto estiver no exercício do mandato.

Nas duas eleições acon-

tecidas em 2019, com o eleitorado dividido, nem Netanyahu, nem o principal opositor, Benny Gantz, obtiveram esta quantidade de apoiantes. Assim que, em 2 de março, haverá nova eleição.

Netanyahu encaixou o pedido de “imunidade” (o mais correto seria de impunidade) neste momento em que, para haver eleições, o parlamento está suspenso. Dessa forma, o julgamento tem que aguardar a decisão do Knesset (Netanyahu sabe que a proposta não vai passar, mas insistiu nela apenas com forma de protelar o avanço do processo).

Como diz Verter, “tudo que restou a ele”, em sua defesa, “são truques, evasões, desvios e ofuscamientos”.

Tem usado o poder que o cargo de primeiro-ministro lhe confere, incluindo apoio de parte da imprensa, para difamar e desqualificar a todos os que atuam nos seus processos, investigadores de polícia, os promotores e o procurador-geral.

Agora chegou a vez do conselheiro do Knesset Yinon (que deve relatar ao parlamento israelense se – do ponto de vista legal – o pedido de imunidade procede e se, neste caso, mesmo com o parlamento suspenso devido à eleição, as comissões atinentes à questão podem se reunir e deliberar sobre o pleito de Netanyahu).

A forma como o governo Netanyahu tem tratado Yinon é, de acordo com Verter, “nada menos do que assassinato de caráter”.

Na sede do governo se arquitetava a tentativa de “arruinar a reputação de Yinon”.

Entre outras manobras, denuncia Verter, desde que Yinon opinou que as comissões parlamentares podem se pronunciar agora, trazendo o caso à tona antes das eleições de 2 de março, ameaçam entrar na Corte Suprema com petição por “criminalidade suspeita” para que ele seja afastado de opinar sobre o caso da imunidade.

“Com clichês e frases vazias de efeito, com o líder do Likud [partido de Netanyahu], Miki Zohar – que é capaz de tudo para agradar seu patrão –, à frente, a guerra teve início”, diz o articulista.

O ministro da Justiça de Netanyahu dirigiu-se da forma mais grosseira mesmo “sem nenhuma autoridade para interferir nas atividades de Yinon” exigindo que ele “desista de agir nestas questões”.

O presidente do Knesset, Yuli Edelstein, saiu em defesa de Netanyahu, no entanto o principal líder opositor, Benny Gantz, com o apoio de 65 deputados, já declarou que se ele tentar obstruir as deliberações parlamentares pode perder o cargo.

## Previdência: após 38 dias de greve, franceses obrigam Macron ao primeiro recuo

O primeiro-ministro da França, Édouard Philippe, anunciou no sábado (11) que “retirou provisoriamente” a medida mais repudiada da proposta de reforma da Previdência do governo, o aumento da idade mínima de 62 para 64 anos para se ter acesso à aposentadoria integral.

O recuo veio no 38º dia de greve contra o projeto, no momento em que dezenas de milhares de manifestantes marchavam em Paris contra a reforma que visa substituir os diversos modelos específicos de aposentadoria da França por um único modelo baseado em pontos. Os dirigentes das centrais sindicais informaram que a passeata contou com cerca de 150 mil pessoas. “Ainda estamos aqui!” e “Renuncie, Macron!”, entoavam os manifestantes. Houve ainda protestos em Marselha, Toulouse, Lyon, Nantes e outras cidades do país. A polícia reprimiu com violência e foram registrados alguns confrontos.

Foi a primeira vez que o governo reconheceu que deve negociar algum ponto da alteração das regras previdenciárias que pretende impor. Contudo, Philippe condicionou a retirada definitiva dessa medida a um acordo sobre “o equilíbrio e o financiamento das aposentadorias” durante uma reunião prevista com sindicatos e organizações patronais. Caso contrário, disse, o governo “adotará por decreto as medidas necessárias para alcançar o equilíbrio até 2027”.

A Confederação Francesa Democrática do Trabalho, uma das centrais sindicais da França que aderiu aos protestos especificamente por conta do aumento da idade mínima, mostrou-se inclinada a aceitar uma reforma limitada e recebeu bem a medida.

Já a Confederação Geral do Trabalho, CGT, junto com os sindicatos dos caminhoneiros, professores, advogados e médicos, entre outros, exigem a retirada total do projeto, que prevê a fusão dos 42 atuais regimes de previdência, organizados por profissões, e o estabelecimento de um novo sistema de cálculo, único e exclusivo por pontos.

Para a CGT essa “concessão” é uma estratégia do governo “para obter a adesão de certos setores que podem nos dividir” e convoca os “trabalhadores, desempregados, aposentados e jovens” a participar massivamente em greves e manifestações no próximo 16 de janeiro. A Comissão Intersindical composta além da CGT, pelas centrais FO, FSU, Solidaires, CFE-CGC; e três organizações juvenis também convocam o protesto.

Segundo informação do governo, a conferência entre sindicatos e empresários será convocada para abril pelo primeiro ministro Édouard Philippe. O Executivo apresentará a reforma no dia 24 de janeiro para que tramite no parlamento em 17 de fevereiro e se aprove antes do verão. Os acordos a que se chegar na mesa de negociação seriam integrados na lei por decreto.

Os protestos contra a mudança do sistema de aposentadorias e pensões começaram na França no dia 5 de dezembro passado. Na época, um Manifesto assinado pelos Verdes, pelo Partido Comunista Francês, pelo Partido Socialista e outras legendas menores, e que reiterou a defesa do sistema de aposentadoria solidário, com contribuições intergerações, contestou uma das principais alegações para o ataque ao direito a uma aposentadoria digna: a do “déficit” do sistema.

O documento afirmou que o atual sistema de pensões “não está em déficit, como afirma o governo, e só o terá déficit se as escolhas orçamentárias injustas feitas por esse governo não forem corrigidas”. “Não há razões orçamentárias ou demográficas para exigir que os franceses sacrifiquem suas pensões para salvar nosso sistema de aposentadoria”, conclui.

## México preside a CELAC “por mais cooperação e desenvolvimento”

O México assumiu a presidência da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) para o período de 2020-2021 com o compromisso de impulsionar projetos concretos para o desenvolvimento da região, sublinhou o presidente Andrés López Obrador, na quarta-feira (8).

No Palácio Nacional, sede do Executivo, Obrador recebeu ministros, vice-ministros, embaixadores e representantes de 29 países e organismos regionais, acompanhado do ministro de Relações Exteriores, Marcelo Ebrard, afirmando que o México “trabalhará pela cooperação para o desenvolvimento entre os povos da região”.

Com a ausência da Bolívia, país que deteve a presidência do órgão regional o ano passado até que foi consumado o golpe contra Evo Morales, e também do Brasil, Ebrard saudou a reatuação do encontro. “Há tempo que não nos reuníamos, era muito difícil reunir-

se pela polarização política e acredito que o simples fato de reunir-nos e escutar-nos foi um grande e importante esforço”, ponderou. Destacou que a CELAC não será um foro para discutir as diferenças que há entre os países que a conformam, mas principalmente um espaço onde se posicionem as coincidências. Além da Bolívia, estiveram ausentes o Brasil – que também faltou à reunião do ano passado –, Dominica e Trinidad e Tobago.

A CELAC é o único mecanismo regional de diálogo e concertação política que concentra exclusivamente aos 33 países da região da América Latina e o Caribe. Agrupa 17% dos membros da ONU; tem uma população aproximada de 624 milhões de pessoas (8,6% da população mundial); ocupa 15% do território do planeta e gera 7,1% do PIB mundial.

Na reunião, o México apresentou um plano com catorze projetos de desenvolvimento.

Leia mais em [www.horadapovo.com.br](http://www.horadapovo.com.br)

# Pentágono: ‘não há provas de que Suleimani iria atacar alvos dos EUA’



Chefe do Pentágono Mark Esper disse que não viu evidência de que Suleimani iria atacar embaixadas

## Trump diz à Fox News que está na Síria só “para tomar o petróleo”

O relato é do The Independent. Ao reiterar à uma âncora da Fox News que mantinha soldados na Síria só para “tomar o petróleo”, admissão de crime de guerra que a jornalista achou mais conveniente tentar encobrir na avaliação do jornal inglês, o presidente Trump fez questão de interrompê-la, para explicar que era isso mesmo.

O presidente bilionário defendeu sua decisão de deixar um pequeno número de tropas norte-americanas no país devastado pela guerra após uma retirada geral em outubro, alegando que eles estavam lá apenas para garantir os campos de petróleo da Síria.

“Dizem que ele deixou tropas na Síria ... você sabe o que eu fiz? Peguei o petróleo”, disse Trump durante entrevista à Fox News. “As únicas tropas que tenho estão tomando o petróleo, elas estão protegendo o petróleo”.

Quando a entrevistadora, Laura Ingraham, tentou corrigir Trump, insistindo que os soldados não estavam lá para pegar o petróleo, mas para proteger as instalações, o presidente a interrompeu, de acordo com o jornal londrino.

“Eu não sei, talvez devêssemos tomá-lo, mas



Trump disse durante a entrevista que “as únicas tropas que tenho na Síria estão tomando o petróleo”.

temos o petróleo. No momento, os Estados Unidos têm o petróleo. Nós temos o petróleo”.

A publicação acrescenta que “não é pela primeira vez” que “o errático Trump” expõe em público sua disposição de surrupiar as reservas de petróleo da Síria.

Em outubro, logo após sua retirada abrupta das forças norte-americanas e o abandono de seus aliados curdos na região, Trump disse que queria que uma empresa norte-americana de petróleo viesse explorar o petróleo da Síria em nome do governo.

“O que pretendo fazer,

talvez, é fazer um acordo com uma ExxonMobil ou uma de nossas grandes empresas para entrar lá e fazê-lo corretamente”, disse então Trump.

No entanto, esse movimento “provavelmente constituiria pilhagem e saques, ações que há muito são designadas como ilegais de acordo com o direito internacional e as regras da guerra”, acrescenta o jornal.

Caso alguém ainda tivesse ficado em dúvida, registra que “a Convenção de Genebra, da qual os EUA são signatários, proíbe explicitamente a pilhagem de bens durante um conflito, definindo-a como crime de guerra”.

O chefe do Pentágono, Mark Esper, admitiu em entrevista para CBS News que não há nenhuma evidência de que o general Suleimani estivesse planejando atacar embaixadas norte-americanas

O chefe do Pentágono, Mark Esper, admitiu no domingo (12), não haver nenhuma prova concreta de que o general iraniano Qassem Suleimani, assassinado no dia 3, planejava atacar quatro embaixadas norte-americanas como afirmou Trump dias depois do atentado terrorista que anunciou ter autorizado.

Em entrevista ao programa CBS News, o secretário de Defesa dos EUA declarou que o “presidente não citou uma evidência específica, e eu não a vi, no que diz respeito às quatro embaixadas”.

Para tentar justificar o ataque ao Irã a partir do Iraque, numa violação da soberania de dois países através de um atentado, Trump recorreu a três narrativas. Inicialmente disse que o comandante planejava ataques indefinidos contra alvos dos EUA, depois disse que queria “explodir” a embaixada em Bagdá, e depois falou sobre os tais planos contra quatro embaixadas.

“Posso revelar que acho que provavelmente seriam

## ‘Boeing 737 Max foi projetado por palhaços’, avaliam funcionários da corporação

Tentando achar uma saída do escândalo em que está metida com o 737 Max, a Boeing tornou públicas centenas de mensagens internas que expressam a percepção de seus funcionários sobre o desastre em andamento. “Projetado por palhaços que, por sua vez, são supervisionados por macacos”, resumiu um e-mail, sobre a pífia engenharia do projeto e a regulação meia-sola da FAA, a autoridade de aviação civil norte-americana.

Em uma troca de mensagens instantâneas em fevereiro de 2018 – com o avião já em operação comercial e oito meses antes do primeiro dos dois acidentes fatais –, um funcionário da Boeing indaga a outro: “você colocaria sua família em uma aeronave treinada no simulador Max? Eu Não”.

A resposta, sucinta, do outro funcionário: “não”.

O Departamento de Controle de Danos e Maquiagem da Boeing, após a divulgação dos desabafos de seus funcionários, na maior cara de pau disse que essas mensagens “não refletem a empresa que somos e precisamos ser, e são completamente inaceitáveis”.

Já a FAA admitiu que “o tom e o conteúdo de algumas das palavras contidas nos documentos são decepcionantes”, mas achou que, quanto às preocupações com segurança, nada trazem de novo.

Na sexta-feira, a Boeing foi multada em US\$ 5,4 milhões pelas autoridades norte-americanas pela divulgação de informações deturpadas sobre os 737. Em dezembro, a gigante aeroespacial já havia sido multada em US\$ 3,9 milhões pela FAA, pelos mesmos problemas registrados nas asas dos aviões 737.

O órgão regulador acusa a empresa de não ter supervisionado as peças de maneira adequada.

### “CULTURA AGRESSIVA”

Verdadeiro frankenstein voador, o 737 Max está proibido de voar no mundo inteiro, depois que duas aeronaves em cinco meses mergulharam de nariz minutos após a decolagem, apesar dos esforços desesperados dos pilotos, matando todos a bordo, 346 passageiros e tripulantes.

Várias mensagens revelaram as manobras da direção da Boeing para manter a ficção de que não era preciso treinamento adicional em simulador para pilotar o novo 737 Max. O subterfúgio só foi encerrado nesta semana, com a Boeing dizendo que passaria a recomendar aos pilotos treinamento em simulador.

quatro embaixadas”, havia dito Trump, na sexta-feira, durante uma entrevista à Fox News, logo após a ação que gerou uma elevação da tensão na região do Oriente Médio como há muito não se via.

A seguir, o secretário de Estado, Mike Pompeo, falando a apoiadores em um comício em Ohio, reforçou a mentira, dizendo que “Suleimani estava olhando muito seriamente para nossas embaixadas”. Declarou ainda que “não há dúvida de que havia uma série de ataques iminentes que tinham sido definidos”.

No dia 7, matéria do jornal New York Times apontou a tentativa de abafar a discussão sobre o impeachment como um dos fatores que teriam levado Trump a cometer o crime. “Trump assinalou a uma pessoa que falou com ele por telefone na semana passada que tinha recebido pressões para assumir uma linha mais dura com relação ao Irã por alguns senadores republicanos dos quais precisa mais do que nunca de apoio em uma batalha contra o impeachment”.

Segundo a Reuters, a divulgação das mensagens revela “uma cultura agressiva de corte de custos e desrespeito à FAA” e deve “aprofundar a crise na Boeing”.

As novas mensagens atestam “como seus próprios funcionários estavam, soando alarmes internamente”, afirmou o presidente do Comitê de Transporte da Câmara dos deputados, Peter DeFazio. Os documentos mais recentes “levantam questões sobre a eficácia da supervisão do processo de certificação pela FAA” (os “macacos” do irônico e-mail), acrescentou o senador Roger Wicker, cujo comitê de comércio encabeça a investigação do Senado.

Agora a Boeing afirma estar “confiante” de que todos os simuladores Max estão “funcionando efetivamente” após repetidos testes.

Mas o que não falta são e-mails que comprovam que a Boeing, antes, fez todo o possível para evitar que os órgãos reguladores obrigassem as companhias aéreas a treinar os pilotos em simulador sobre as diferenças entre o 737 Max e o 737 NG, o antecessor.

“A Boeing não permitiu que isso aconteça”, afirmou de forma arrogante em e-mail a órgãos reguladores o então piloto-chefe de testes do 737 Max. “Não haverá nenhum tipo de treinamento em simulador necessário para fazer a transição” de um modelo para outro, asseverava. Acrescentou ainda: “[a Boeing] vai ficar cara a cara com qualquer regulador que tentar fazer disso uma exigência”.

Foi assim que todo o treinamento de piloto sobre as diferenças consistia em uma aula de uma hora em um iPad e pouco tempo no simulador; segundo denúncia do sindicato dos pilotos da American Airlines.

A Boeing também escondeu dos pilotos e das companhias aéreas a introdução do dispositivo anti-estolagem [o que quando dava defeito fazia o avião mergulhar de bico e eviava de só um sensor], e o alarme era vendido como “opcional”.

Sobre o que ocorria na gigante aeronáutica na corrida desenfreada por mais lucros e mais altas ações, é emblemática a mensagem de maio de 2018 de um funcionário da Boeing não identificado: “eu ainda não fui perdoado por Deus pelo encobrimento que fiz no ano passado”.

Em tempo: após empurrar a Boeing para o escândalo e a crise, e 346 pessoas para a morte a bordo do 737 Max remendado com cuspe, o executivo Dennis Muilenburg foi demitido pouco antes do Natal, mas levou como consolação US\$ 80 milhões de dólares.

## União Europeia reafirma na ONU o seu apoio ao Acordo Nuclear com Irã

A União Europeia (UE) defendeu nesta quinta-feira (9), durante reunião do Conselho de Segurança da ONU, a preservação do acordo nuclear com o Irã (JCPOA) –aquele que Obama assinou e Trump rasgou.

A reunião foi convocada para discutir a crise causada pelo assassinato do principal líder militar iraniano, general Suleimani, por ordem da Casa Branca, quando visitava o vizinho Iraque, e posterior retaliação a duas bases de onde partiram os drones usados no crime.

“A UE dá grande importância à preservação do acordo e sua total implementação. É um elemento fundamental da arquitetura da não-proliferação internacional (de armas nucleares) e crucial para segurança na região e no mundo”, assinalou Olof Skoog, o representante europeu na ONU.

Em seu discurso de quarta-feira (8), o presidente Donald Trump convocara os demais signatários do acordo nuclear com o Irã – Grã Bretanha, França, Alemanha, Rússia e China – a imitá-lo, rasgando também o que assinaram em 2015 depois de quase uma década de negociações, e que o Irã cumprira estritamente, como comprovado



O diplomata Olof Skoog, representante da UE, expõe na ONU as razões do apoio do bloco ao Acordo Nuclear com o Irã. (EFE)

pela agência nuclear da ONU, a AIEA.

Paris, Berlim e Londres já reiteraram sua intenção de manter o acordo. A China considerou que “a raiz” da atual crise foi, exatamente, a retirada unilateral dos EUA do acordo. Posição compartilhada pela Rússia. Até mesmo Boris Johnson, o mais empenhado candidato de plantão a poodle de Trump, disse que a continuação do acordo era necessária e a forma mais efetiva de evitar que Teerã obtivesse armas nucleares.

Na prática, trata-se de uma rejeição, em público, ainda que com todo tato, ao “convite” de Trump para que todos embarcas-

sem em seu delírio.

Apesar de ter posto em prática a quinta fase de seu afastamento dos limites definidos no acordo, o que está previsto em artigo do próprio pacto, quando alguma parte não cumpre com o que assinou – o que é o caso dos EUA –, Teerã enfatizou que caso cessem as sanções que desrespeitam o tratado, imediatamente haverá a reversão dessas medidas.

Ainda assim, o Irã mantém o monitoramento da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em suas centrais de processamento nuclear e segue signatário do Tratado de Não-Proliferação, cujos limites são mais brandos do que o acordo de 2015.

# Bahia comemora 120 anos de Anísio Teixeira em 2020

Por decisão do governador Rui Costa, 2020 será, na Bahia, o Ano Anísio Teixeira, em homenagem ao educador e defensor da escola pública

Por decisão do governador Rui Costa, 2020 será, na Bahia, o Ano Anísio Teixeira.

A ideia, divulgou o governo baiano, é “promover pela Bahia uma série de ações, como editais, eventos, premiações, celebrações e lançamentos de livros e produtos audiovisuais em homenagem ao intelectual e pensador social baiano Anísio Teixeira, pelo seu papel fundamental na história da Educação do Brasil. A proposta é incentivar e ampliar a divulgação da vida e obra de Anísio Teixeira”.

No dia 12 de julho de 2020, Anísio Teixeira completaria 120 anos.

Trata-se de uma iniciativa mais do que justa, sobretudo considerando os tempos atuais, de ataque à escola pública – da qual Anísio foi, entre os nossos educadores, o maior defensor – e, mais do que isso, considerando os ataques do atual governo federal à qualquer escola.

Nem sempre as coisas foram assim, evidentemente, e não vão continuar assim por muito tempo.

Em 1952, quando era diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), no governo Getúlio Vargas, Anísio Teixeira expôs, na Câmara dos Deputados, o seu pressuposto para a educação – e, aliás, para a vida:

“O espírito do homem, em estado de liberdade, não age anarquicamente, mas perquire, estuda, procura orientar-se e escolhe o que associadamente, socialmente, deve fazer. Estrangulado é que salta para a rebeldia, o conformismo passivo, infecundo, ou a simulação. E o caso brasileiro, é muito mais este último caso” (cf. Sessão de 7 de julho de 1952 da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, in Anísio S. Teixeira, **A Educação e a Crise Brasileira**, CEN, 1956, pp. 188-189).

Mas isso não era uma substituição do papel dos professores na Educação. Pelo contrário, ele se preocupou sempre com a formação dos mestres – desde a época em que fora “inspetor-geral do ensino” na Bahia, aos 24 anos.

Em outros artigos, nos referimos à trajetória de Anísio Teixeira (v. HP 12/06/2013, **Anísio Teixeira: a educação privada é um anacronismo**; e HP 14/06/2013, **Anísio Teixeira contra os privatizadores do ensino**).

Aqui, queremos acrescentar algo que nos parece relevante: o pensamento de Anísio Teixeira raramente movimentou-se no plano abstrato; sempre, ou quase sempre, é em função de problemas bastante concretos que ele pensa a Educação no Brasil.

Nesse sentido, não foi sua base filosófica – o pragmatismo de John Dewey – que o ajudou a abordar os problemas educacionais. Antes, ele parece ter se aproximado da filosofia de Dewey pela propensão – ou, vá lá, opção, ainda que possa ser inconsciente – a não se afastar dos problemas que queria resolver.

Como resultado, o pensamento de Anísio Teixeira esteve sempre em movimento. Na exposição que fez na Câmara, em 1952, disse ele:

“Referi-me a movimento de emancipação educativa — e não o fiz sem intenção. Não me parece que estejamos aqui para discutir como ‘disciplinar’ a educação nacional, mas como ‘promovê-la’, como desencadear as forças necessárias para levar a efeito um movimento, a mobilização geral de esforços e recursos para resolver o problema do direito dos direitos do brasileiro: o de se educar para ser cidadão, para ganhar a vida e para viver com decência e dignidade” (grifos e itálicos no original).



Essa perspectiva dinâmica fez, também, com que suas posições sobre algumas questões mudassem ao longo do tempo.

Ele foi o maior defensor, entre os educadores, da Educação pública, universal e gratuita (isto é, paga com os impostos que o Estado recebe da coletividade). Mas o papel do ensino público, na obra de Anísio, não é o mesmo – ou, melhor, não tem a mesma magnitude relativa – em todos os momentos dessa obra.

Porém, pode-se dizer sem possibilidade de erro, que esta magnitude somente cresceu ao longo do tempo. Mas, já em 1936, ele tinha formulado a questão:

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública. Não a escola sem prédios, sem asseio, sem higiene e sem mestres devidamente preparados, e, por conseguinte, sem eficiência e sem resultados. E sim a escola pública rica e eficiente, destinada a preparar o brasileiro para vencer e servir com eficiência dentro do país.”

O último trecho (“dentro do país”) não é pouca coisa.

Na dedicatória de “Capitães da Areia”, Jorge Amado escreveu: “Para Aydan do Couto Ferraz, José Olympio, José Américo de Almeida, João Nascimento Filho e para Anísio Teixeira, amigo das crianças.”

Nessa época, em 1937, Anísio ainda não realizara a maior parte de suas obras – intelectuais e administrativas. Não fora, por exemplo, secretário geral da Capes ou diretor do INEP (governo Getúlio) nem reitor da Universidade de Brasília (governo Jango).

Agora, a Bahia declara que 2020 é o ano Anísio Teixeira.

Então, comemoremos do melhor modo: conhecendo a obra do baiano de Caetité – cidade de onde veio mais de um brasileiro ilustre.

Ao lado-, transcrevemos um artigo de Anísio Teixeira.

Escolhemos “Educação e nacionalismo”, por abordar vários aspectos que são bastante atuais – e, também, por ser sucinto.

Antes que borbulhem discussões sobre aquilo que não interessa, chamamos atenção para dois pontos:

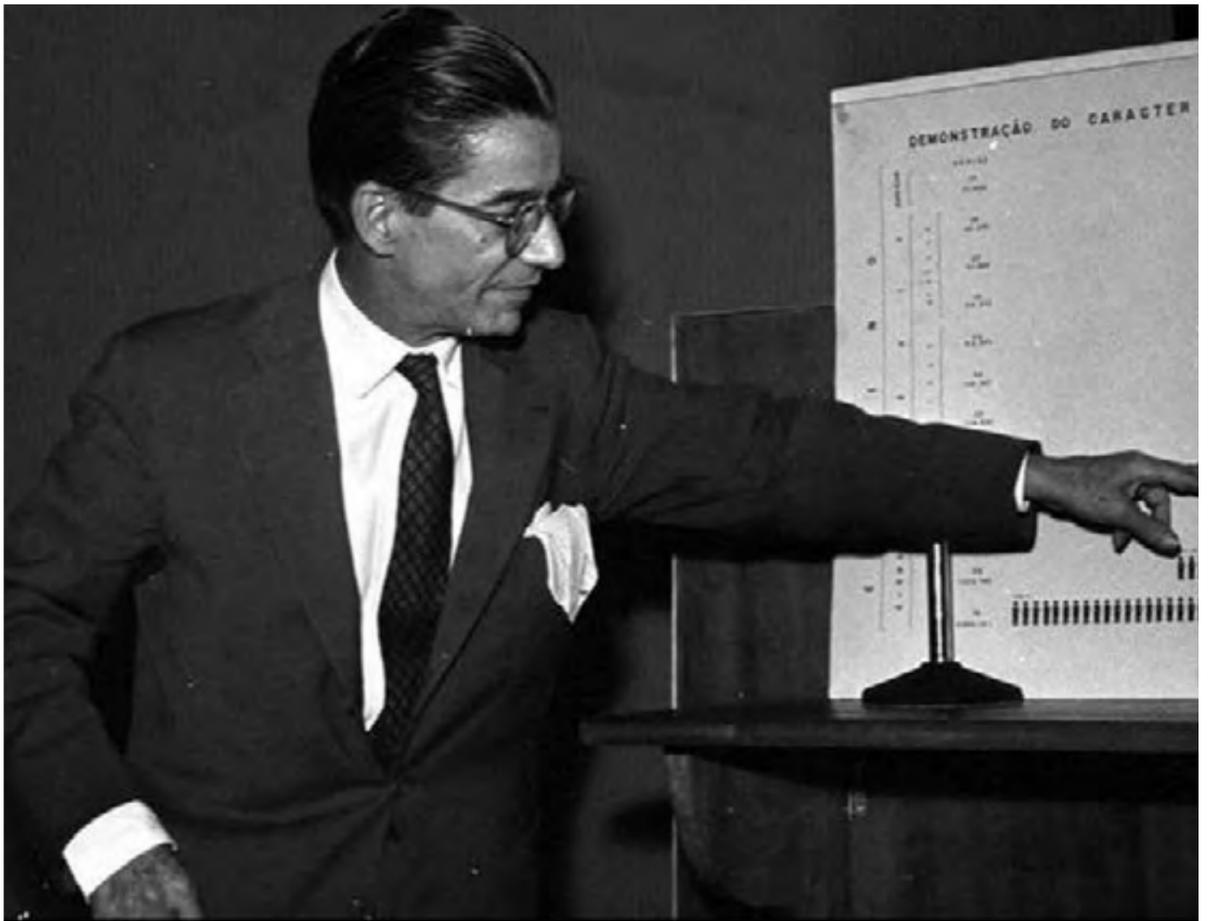
1) Anísio Teixeira jamais, em toda a sua vida, subestimou a importância da luta pelo controle nacional do petróleo; se, no texto, às vezes há uma aparente contraposição com a luta por uma educação nacional, é apenas porque a última é que era subestimada.

2) A expressão “democracia racial”, que hoje se tornou anátema, era comum em 1960 – e não significava ausência de racismo, tanto assim que a chamada Lei Afonso Arinos, assinada pelo presidente Vargas, que pela primeira vez tornou ilegal o racismo, é de 1951. O termo descrevia, mais, a miscigenação própria da população brasileira.

Aliás, isso é claro pela continuação do texto de Anísio (“e crítica aos defeitos maiores: a insensibilidade, por exemplo, para com a imensa parcela ainda não integrada da nação” etc.).

Sendo assim, leitor, eis o texto de Anísio Teixeira

C.L.



Professor Anísio Teixeira, nascido em Caetité, na Bahia, uma vida dedicada à Educação do povo brasileiro

## Educação e nacionalismo

ANÍSIO TEIXEIRA

Impossível negar que estamos vivendo uma hora de vigor da consciência brasileira em relação a certos aspectos econômicos do nacionalismo. O monopólio estatal do petróleo, por exemplo, acabou por se fazer o símbolo do sentimento nacionalista. Mas o nacionalismo brasileiro não pode ser reduzido a um símbolo nem ter apenas vida simbólica.

Nacionalismo é, fundamentalmente, a tomada de consciência pela nação de sua existência, de sua personalidade e dos interesses dos seus filhos. Pelo nacionalismo, os indivíduos da nação se fazem verdadeiramente irmãos e tudo que atinja a cada um passa a atingir a todos. Por isto mesmo, antes de mais nada, o nacionalismo aguçava em cada um o sentimento de justiça para com os demais habitantes do país, impondo a participação de todos na vida nacional e fazendo crescer a coesão e a consciência de igualdade entre eles. Passam todos, efetivamente, a se sentirem cidadãos da mesma pátria, com direito à mútua solidariedade e a certa igualdade fundamental.

Não é, assim, o nacionalismo senão e apenas indiretamente um movimento de defesa do país contra inimigos externos. Muito mais do que isto, é um movimento da consciência da nação contra a divisão, o parcelamento dos seus filhos entre “favorecidos” e “desfavorecidos” e contra a alienação de sua cultura e de seus gostos, voltados antes para a imitação e a admiração do estrangeiro do que para o amor esclarecido de suas próprias coisas; e a favor da integração de todos na pátria comum, com um mínimo de justiça social, a favor do desenvolvimento de sua cultura como cultura própria e autônoma e a favor da solução de suas contradições econômicas e sociais e da correção gradual de seus defeitos maiores, que passam a ser reconhecidos sem desprezo, analisados com denodo e vigorosamente combatidos.

Esse movimento é, pois, acima de tudo uma mudança de mentalidade, um novo estado de espírito, uma emancipação, uma chegada à maioridade, uma afirmação de vontade afinal madura e superior: a plena consciência de um desígnio coletivo, capaz de dar à nação coerência e de lhe dirigir a vida.

Por que meios – mais do que quaisquer outros – se há de tornar realidade esse estado de espírito e essa afirmação de vontade?

Por certo que pelo novo comportamento dos indivíduos em face dos problemas nacionais, afinal sentidos, analisados e esclarecidos, e por cujas soluções radicais ou graduais passarão a lutar com disciplina, esforço e coerência. E isto é o que vimos tentando no campo do desenvolvimento econômico.

Mas, bastará isto? Tão importante, senão mais importante, terá de ser a transformação da escola brasileira, do nível primário ao superior, para fazê-la volver ao próprio país, ao estudo do Brasil, de sua língua, de sua história, de sua cultura e de seus problemas e das soluções que lhes estamos dando ou não lhes estamos dando. E isto é o que não vimos fazendo.

Com efeito. Da escola primária nem se pode falar, pois, reduzida a quatro anos de curso, ministrado em turnos de meio e um terço de dia, mal chega a ensinar as técnicas fundamentais da cultura escrita. Na escola secundária, entretanto, já se afirmam gritantes os aspectos desnacionalizantes. A língua portuguesa é ensinada no mesmo pé de igualdade de várias línguas estrangeiras e de uma língua morta. A importância da história do passado e do estrangeiro é infinitamente maior que a da história nacional. Na geografia, o mesmo. A cultura nacional, o desenvolvimento nacional, a história contemporânea do Brasil, ninguém poderá dizer que sejam estudadas na escola secundária brasileira. E não o são também na Universidade. Na Faculdade de Filosofia, a língua portuguesa e a literatura brasileira são uma fração

do departamento de línguas neolatinas. Um jovem pode formar-se sem tomar contato com nenhum dos livros da imensa brasileira, que já possui o país. Sem conhecer um só dos seus autores, pois não se pode considerar conhecê-lo saber-lhes os nomes e um ou outro excerto antológico.

Com uma escola assim desnacionalizada e desnacionalizante, como esperar que a juventude se sinta esclarecida para conduzir, como vanguarda que é, o movimento nacionalista? Que admirar limite ela seu nacionalismo ao petróleo, que por mais importante que seja, não constitui senão simbolicamente a emancipação nacional?

Esta emancipação não nos virá pelo petróleo, mas pelo homem brasileiro, infinitamente mais importante que o petróleo. Este homem brasileiro é que será o construtor do Brasil. E quem o tem de formar será a escola brasileira.

A escola brasileira é que lhe irá ensinar a compreender o Brasil, mostrar-lhe a sua evolução, apresentar-lhe a sua estrutura social em transformação, indicando-lhe os defeitos arcaicos, as qualidades novas em surgimento, dar-lhe consciência dos seus triunfos e dos seus característicos, com exaltação dos aspectos originais – a sua democracia racial, por exemplo – e crítica aos defeitos maiores: a insensibilidade, por exemplo, para com a imensa parcela ainda não integrada da nação – os analfabetos, os miseráveis, a população rural que vegeta por esse imenso país afora; o espírito de aproveitamento, que o estado de pobreza gera em todos os que sobem à tona e escapam à desgraça de ser no país apenas povo, a corrupção generalizada que é, mais do que tudo, manifestação de alienação, que o Brasil não é um bem comum, mas algo antes apropriado por privilegiados e hoje assaltado pelos que conseguem tomar um pouco das mãos de tais privilegiados e ganhar, deste modo, o direito de também explorá-lo em seu próprio benefício.

Se o nacionalismo, concebido em seus aspectos negativos,

for a tomada de consciência dos que prejudicam o crescimento da nação, dos inimigos desse desenvolvimento, não há como não descobri-los tanto no interior quanto no exterior. E os inimigos do interior serão todos os que *explorem e roubem* o Brasil, seja pelo ato francamente espoliativo, seja por dificultarem que os meus recursos públicos se apliquem com as prioridades, a eficiência e a justiça indispensáveis, a fim de que se integrem na pátria todos os seus filhos, dentro de um mínimo de igualdade e decência.

A primeira tomada de consciência, pois, será a tomada de consciência de nossa atual pobreza e a austeridade com que nos teremos de conduzir, para apressar essa integração.

Nacionalismo será assim antes de tudo uma aguda consciência de toda e qualquer situação de privilégio, acompanhada do desejo real e profundo de reparar essa situação de privilégio com os sacrifícios necessários para a correção da injustiça.

Como o entendo, o nacionalismo não corresponderá a nenhuma obsessão petrolífera, a nenhuma busca de bodes expiatórios no estrangeiro, mas a uma tomada de consciência do nosso atraso, à lúcida percepção de suas causas e à corajosa correção de todas as nossas atitudes, de todos os nossos comportamentos, que, de um ou outro modo, constituem as raízes desse subdesenvolvimento econômico, político, social e cultural.

Só a escola, e uma escola verdadeiramente de estudos e de conhecimento do Brasil, poderá mostrar-nos o caminho para esse imenso esforço de emancipação nacional. Tal escola não poderá ser a escola privada, mas a escola pública, pois só esta poderá vir a inspirar-se nessa suprema missão pública, a de nacionalizar o Brasil.

(Publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.34, n.80, out./dez. 1960. p.205-208; extraído da Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, excelente site mantido pela Universidade Federal da Bahia.)